

# Diário do Legislativo de 13/11/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 48ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelos Seus 80 Anos de Fundação

1.2 - 70ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA

## ATAS

ATA DA 48ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/11/2007

Presidência do Deputado Domingos Sávio

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Sargento Rodrigues - Entrega de placa - Palavras do Sr. Antônio José dos Santos - Apresentação de jovens - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Domingos Sávio - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Domingos Sávio) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

## Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio José dos Santos, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Janir Adir Moreira, Eminente Grande 1º-Vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Coronel Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Exército, General-de-Divisão João Roberto de Oliveira; Célio de Faria Santos, Prefeito Municipal de Camanducaia; e Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelos seus 80 anos de fundação.

### Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Sargento Rodrigues

Exmos. Srs. Deputado Domingos Sávio, meu ilustre irmão, aqui representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Antônio José dos Santos, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Janir Adir Moreira, eminente Grande 1º-Vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Cel. Evandro Bartholomei Vidal, aqui representando o Comandante da 4ª Região Militar, Gen. João Roberto de Oliveira; fraterno irmão Célio de Faria Santos, Prefeito de Camanducaia; meus irmãos, minhas cunhadas, meus sobrinhos e amigos presentes; é com muito orgulho que apresentei o requerimento para esta justa homenagem. Falar da maçonaria é falar do ser humano, de seus percalços, de sua evolução e, é claro, de suas lutas. Nesse sentido, a maçonaria, como ordem universal composta de homens livres de todas as raças e credos religiosos, vem, ao longo dos anos, buscando dar sua contribuição à família, à sociedade e à Pátria.

Foram muitas as suas lutas e bravas as participações na construção dessa sociedade. A maçonaria não é uma religião nem tampouco instituição de caridade, mas sua contribuição é exatamente na vida de homens, lapidando o ser humano, ao transcorrer sua vida, fincando seus ensinamentos na verdade, na justiça, na busca da paz, balizados pelo amor do Pai Celestial.

A sociedade humana vive em constante mutação. Nesse processo de evolução, é necessário que o homem, guiado pelo Grande Arquiteto do Universo, que é Deus, não seja apenas mais um: ele precisa, através da razão, da filosofia, buscar seu crescimento em sintonia com o ser humano.

Falar da maçonaria é falar de suas participações em grandes movimentos cívicos libertários, como a Queda da Bastilha, na França, a Independência das Treze Colônias Norte-Americanas, a Inconfidência Mineira, a Abolição da Escravatura, a Revolução Pernambucana, a Independência do Brasil e de tantos outros grandes movimentos históricos que contribuíram para a construção de uma sociedade melhor.

Hoje nossa sociedade vem enfrentando diversos problemas, como o esfacelamento das famílias, a falta de comportamentos éticos público e privado, atitudes cada vez mais egoístas, individualistas e, certamente, a degradação do ser humano. O ser vem dando lugar ao ter, e isso é um sinal de que precisamos cada vez mais de nossa ordem maçônica.

Em nossa caminhada histórica, a maçonaria nos honrou por diversas vezes, das quais destacamos algumas já citadas anteriormente: na Queda da Bastilha, na França, houve uma substancial participação de nossos irmãos contra um Estado totalitário. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram a grande chama iluminista nessa brava e heróica participação de nossa ordem.

Durante um período difícil, quando os sonhos de liberdade eram contados pelos quatro cantos de Vila Rica, e durante as viagens pela Estrada Real rumo ao Rio de Janeiro, grandes nomes da história mineira também se organizavam por ideais libertários. De um lado, Tomás Antônio Gonzaga, o advogado formado em Coimbra, que chegava com uma tropa de mulas, suas malas cheias de livros e de muitos sonhos de trabalhar naquelas terras; do outro, o prático Joaquim José da Silva Xavier, o Alferes Tiradentes, com o grande sonho de ver sua terra livre das espoliações da Coroa Portuguesa. Juntamente com outros irmãos, esses homens iniciaram o movimento cívico-libertário mais conhecido como Inconfidência Mineira.

A coragem desse grupo custou muito caro: o bravo Alferes foi esquartejado em praça pública, Tomás Antônio Gonzaga foi condenado ao exílio, mas o ideal gerado pela Inconfidência Mineira ecoou pelos quatro cantos da Colônia. Mestre Francisco Antônio Lisboa, o Aleijadinho, o mais alto grau de nossa ordem, grau 33, também deu sua contribuição. Até hoje, através de sua arte barroca, podemos perceber a participação e a contribuição de nossos irmãos na defesa de nossa Pátria.

Resgatar o passado é, para nós, maçons, motivo de muito júbilo. Sabemos de nossos desafios e a cada dia buscamos entender, compreender e aceitar as diferenças do ser humano. Nossa direção é sempre muito bem balizada, sob a luz divina do Grande Arquiteto do Universo. Buscando a paz, a solidariedade, trabalhamos incansavelmente para construir, dia a dia, homens livres e possuidores de bons costumes.

Hoje, a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais comemora os 80 anos de sua fundação - 17 mil maçons congregados em 310 lojas. Esta noite, meus irmãos, deve ser lembrada por todos aqueles que desejam uma família melhor, uma sociedade melhor, uma Pátria melhor. Por tudo isso, a participação de cada irmão é fundamental, pois o ser humano é uma pedra bruta que deve ser lapidada todos os dias.

Parabéns à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais. Desejamos ao Sereníssimo Grão-Mestre e aos poderosos e eminentes irmãos, Grande 1º-Vigilante e Grande 2º-Vigilante, e a todos os poderosos irmãos que esta justa homenagem seja apenas mais uma de sua longa jornada.

### Entrega de Placa

O locutor - O Deputado Domingos Sávio, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Antônio José dos Santos, Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Constituída por homens de todas as raças e credos religiosos, a maçonaria é uma organização que visa ao aperfeiçoamento moral e ético da sociedade. Guiada pela tríade liberdade, igualdade e fraternidade e alicerçada em princípios morais, racionais e justos, busca, desde sua origem, a paz e a felicidade universais. A homenagem do Parlamento mineiro à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais pelos seus 80 anos de fundação."

O Sr. Presidente - Gostaria de convidar a nos acompanhar nesta justa homenagem o Exmo. Sr. Deputado, meu fraterno irmão, Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta reunião especial.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Antônio José dos Santos

Sr. Deputado e irmão Domingos Sávio, representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; meu estimado irmão Janir Adir Moreira, eminente Grande 1º-Vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; Exmo. Sr. Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar, Gen. João Roberto de Oliveira; Exmo. Sr. Prefeito de Camanducaia, irmão Célio de Faria Santos; Exmo. Deputado e irmão Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; meus Grãos-Mestres Adivitan, Dalcio Antônio Cardoso e irmão Ronaldo Braga; meu estimado irmão Antônio Ragazzi, Deputado e Presidente da Câmara Legislativa da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; meus queridos irmãos; minhas cunhadas; meus sobrinhos e minhas sobrinhas; cabe-nos, a princípio, externar os mais sinceros agradecimentos ao Presidente deste Poder Legislativo pelo honroso convite feito à família maçônica e aos amigos da maçonaria. Foi uma iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Sargento Rodrigues, nosso irmão, a realização desta sessão especial comemorativa dos 80 anos de atuação da mui respeitável Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, cujo marco histórico teve registro em 25/9/27.

A Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, nesses seus 80 anos de existência, por sua participação e seu trabalho em benefício da humanidade, integrou-se à história não só de Minas Gerais, mas também à história do Brasil.

Nesta noite memorável, ao aconchego desta Casa do Legislativo Estadual, extensão de nossa casa, vimos ao encontro do exemplo de bravura de Tiradentes, que trazia consigo, em modesta tentativa, o espírito do desafio, e que, acreditando em dias melhores, passou a defender os ideais de liberdade, princípio basilar da maçonaria.

Conscientes estamos que essa distinção é o reconhecimento dos que aqui militam, dando-nos a certeza de que a chama renovadora da esperança continuará sempre viva.

Feliz o povo mineiro, que tem em seu Parlamento o ponto de apoio e de estabelecimento de forças em defesa da dignidade do ser humano. Tanto aqui, na Casa do povo, quanto na maçonaria está o cadinho onde se fortalecem mentes e lideranças reluzentes, trabalhando conscientemente pelo bem-estar da humanidade.

A maçonaria, que, em seu histórico, contabiliza feitos memoráveis como a sua participação ativa no movimento de emancipação política do Brasil, que resultou na proclamação de sua independência, com destacado trabalho desenvolvido pelos irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo e ainda pelo Imperador D. Pedro I, que ocupava, à ocasião, o posto de Grão-Mestre; seus ideais materializados no movimento que resultou na Abolição da Escravatura; nos movimentos da Queda da Bastilha, na França, e da independência de todos os países das Américas, continua em seu trabalho incessante pelo bem-estar da Pátria e da humanidade.

A Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, consciente das responsabilidades em prosseguir sua marcha na defesa da coletividade, estabelece parcerias constantes com as instituições públicas e privadas, mantendo estreito relacionamento com as autoridades constituídas. Não podemos deixar de evidenciar feitos importantes como o movimento pela rejeição da Medida Provisória nº 232, que aumentava significativamente a carga tributária brasileira, iniciado nesta Assembléia de Minas Gerais, numa reunião pública em que o nosso Grande 1º-Vigilante Janir Adir Moreira afirmou desta tribuna que o grito de Minas seria ouvido em todo o País. E foi, pois o movimento ganhou repercussão nacional. No dia da votação no Congresso Nacional, contava com a adesão de mais de mil entidades da sociedade civil organizada, e assim alcançamos os objetivos.

Recentemente a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais levantou a bandeira pela ética na política e, por meio da atuação do ilustre Deputado Federal e nosso irmão Paulo Piau, que também aqui já desenvolveu profícuo trabalho, foi realizada no Congresso Nacional a primeira audiência pública de instalação do movimento parlamentar com essa finalidade, que contou com a presença e adesão dos Grão-Mestres das 27 Grandes Lojas brasileiras.

Finalmente, e apenas para exemplificar a atuação maçônica, no último dia 27 de outubro a nossa Grande Loja, juntamente com outras entidades sociais, promoveu o Dia da Solidariedade, em que médicos, dentistas, advogados e outros profissionais, além de parcerias e apoio dos órgãos públicos estaduais e de nossa Polícia Militar, atenderam a aproximadamente 15 mil pessoas no Bairro Olhos d'Água, em Belo Horizonte.

E, nos momentos difíceis da vida nacional, seremos parceiros nas práticas calcadas nos valores da ordem, trabalhando por uma sociedade mais justa e perfeita.

A crise política impõe às instituições maiores responsabilidades na busca de um novo paradigma nas relações entre os Poderes constituídos. Os ditames da honra são o caminho que devemos trilhar. Esta é a hora de nos posicionarmos com coragem diante daqueles que desonram a sociedade brasileira. Não há dúvida de que a verdade liberta e restaura. Não podemos contemporizar diante dos escândalos de corrupção que atormentam o País. A maçonaria apregoa e, incessantemente, busca a investigação da verdade. A busca dessa verdade nos impõe uma grande responsabilidade, qual seja, a de espelhar conduta moral que venha a dignificar a Nação brasileira.

O mal-estar da sociedade contemporânea é fruto da degradação vinda de um passado tenebroso, de instituições e de valores nos quais o desequilíbrio das pessoas esteve aportado. A família, com ressalva de exceções, veio-se descaracterizando na medida em que as escolas deixaram de ser o laboratório para a formação de cidadãos responsáveis. Os abalos provocados pela globalização, esperamos sejam um dia interrompidos pela soberania das nações.

Quando a sociedade não cuida dos interesses, passa a existir uma descrença dos cidadãos nos Poderes constituídos, tanto no Legislativo como no Executivo e no Judiciário e, notadamente, nos sistemas educacionais, de saúde, de segurança e outros.

Charles Chaplin, em "O Grande Ditador", dizia: "Todos nós desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Desejamos viver

para a felicidade do próximo, não para o seu infortúnio. Por que devemos de odiar ou desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A Terra, que é boa e rica, pode prover todas as nossas necessidades. O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviámos. A cobiça envenenou a alma do homem. Levantou no mundo as muralhas do ódio. E tem-nos feito marchar, a passo de ganso, para a miséria e os morticínios. Criámos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas duas virtudes, a vida será de violência, e tudo será perdido. É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder. Mas só mistificam. Não cumprem o que prometem. Jamais o cumprirão. Os ditadores liberam-se, porém escravizam o povo. Lutemos agora para liberar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio e à prepotência. Lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a consciência e o progresso conduzam à ventura de todos nós'.

Senhores, até parece que esse discurso foi feito para os dias atuais. Aproveitando este singular instante, vimos manifestar aqui, nesta receptiva Casa, nossa preocupação diante da crise política por que passa o País, onde os pilares éticos e morais se vêem abalados por atos praticados por agentes públicos enlameando a nação brasileira.

Mais que oportuno é renovar a nossa esperança por novos rumos, traçados pelos lídimos representantes do povo mineiro, os quais, com participação efetiva nas questões político-sociais, envolvem o seu dinamismo na construção de um Estado que se destaca no cenário nacional por gestões transparentes, objeto de constatação na gestão do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Aécio Neves, auxiliado por sua brilhante equipe.

É nosso desejo que essa parceira aqui formalizada seja um pacto de união, envolvendo os interesses políticos voltados ao povo mineiro. Desejamos que essa conjunção de idéias e esforços venha refletir o pensamento do atual governo de Minas Gerais como um marco de renovação e futuro promissor para o nosso país.

Senhores, a Maçonaria acompanha de perto as ações do governo. A Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, representante da Maçonaria na jurisdição mineira, tem a honra de contar em seus quadros com mais de 25 mil maçons capacitados, com visão de futuro e prontos a auxiliar quaisquer governos bem intencionados na condução dos interesses nacionais.

Vimos, em passado recente, partindo de Minas rumo ao governo da Nação, homens ilustres, a exemplo de Juscelino Kubitschek, lembrado por suas grandes realizações de alavancagem do progresso e de reconhecimento do País no exterior; Tancredo Neves, por seu caráter de homem público, eleito para dirigir os destinos do povo em um momento de transição política da mais alta relevância, sem poder dar-nos a alegria de respaldar o interesse do povo em face da absoluta impossibilidade de assumir o governo da Nação. Outros vieram para governar e não de cumprir essa doce missão de resgatar a memória de nossos antepassados, pois, se Minas sair na frente, o Brasil o acompanhará.

Momentos como este, de significada elevação espiritual e exaltação dos obreiros, devem servir às nossas reflexões para o progresso da Maçonaria Universal, em especial em Minas Gerais, eleito por muitos "o centro das atenções e da renovação política do País", gerindo interesses político-econômico-sociais da mais alta relevância nacional.

Resta-nos reiterar os nossos sinceros agradecimentos aos Srs. Deputados pela fraterna acolhida e pela homenagem que esta ilustre Casa do Legislativo mineiro presta à Maçonaria, particularmente à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, nesta data comemorativa de aniversário, aos 80 anos de existência, prestando relevantes serviços à Pátria e à família mineira.

Queremos ser eternos como os irmãos e nunca transitórios como o Estado. O nosso muito obrigado.

#### Apresentação de Jovens

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação de jovens da Ordem DeMolay.

- Procede-se à apresentação teatral.

O Sr. Vítor Josué de Camponez dos Gonçalves de Salles e Ferreira - Nós, da Ordem DeMolay, acreditamos que um gesto simples e singelo pode valer muito mais que mil palavras; por isso, convidamos o tio-irmão Norton Batista para, juntos, entregarmos, em nome do Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais, placa em homenagem ao Grão-Mestre Antônio José, como cumprimento aos 80 anos da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Presidente

Sereníssimo Grão-Mestre da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, meu querido irmão Antônio José dos Santos; eminente Grande 1º-Vigilante da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, meu querido irmão Janir Adir Moreira; Exmo. Cel. Evandro Bartholomei Vidal, representando o Comandante da 4ª Região Militar, Gen. João Roberto de Oliveira; prezadíssimo irmão e Prefeito de Camanducaia, Sr. Célio de Faria Santos; valoroso irmão, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Deputado Sargento Rodrigues, que já é uma referência nesta Casa pelo brilhante trabalho que vem desempenhando há vários mandatos; estendo meus cumprimentos à grande família maçônica, às cunhadas, aos sobrinhos e às sobrinhas deMolay, que nos brindaram com uma verdadeira demonstração de cidadania, e também a todos os mineiros e mineiras, que, pela TV Assembléia, acompanham este momento de grande emoção por que passa o Parlamento de Minas Gerais.

Minhas primeiras palavras são de gratidão ao Grande Arquiteto por me possibilitar a ventura de aqui estar representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, em momento que me enche de orgulho pelo respeito que tenho pela Ordem Maçônica e, em especial, por estar representando um grande Presidente.

Neste mesmo momento, em Goiânia, Estado de Goiás, o prezado Deputado Alberto Pinto Coelho recebe uma homenagem pelo trabalho sério e pela forma exemplar com que vem conduzindo o Parlamento mineiro. Possibilitou-me, assim, a ventura de representá-lo na Presidência desta reunião, que, além de prestar justa homenagem à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, leva-nos a refletir sobre os principais valores e sobre os pilares da construção de uma sociedade livre. Em nome do Presidente, dirijo breves palavras a todos. Para o Parlamento mineiro, a comemoração dos 80 anos de existência da Grande Loja Maçônica de Minas Gerais é motivo de justa alegria. Saudamos, na pessoa do Grão-Mestre Antônio José dos Santos, os atuais membros da Ordem e lembramos, com respeito, todos os que seguiram, ao longo dessas décadas, a prática da fraternidade universal na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Vinte mil maçons, frequentando 288 lojas e 2 triângulos maçônicos em Minas Gerais, atestam a grande força da organização em nosso Estado. Representando entre nós essa histórica entidade filosófica e progressista, a Grande Loja Maçônica de Minas Gerais tem sido um baluarte na defesa e na prática da liberdade dos indivíduos, da igualdade dos direitos e obrigações de cada um e da fraternidade entre os seres humanos. Em sua vida coletiva, os maçons vêm disseminando

os grandes ideais que marcaram o ingresso da humanidade na era moderna. Expandindo-se pelo mundo simultaneamente às idéias iluministas, a maçonaria, além de influenciar a Revolução Francesa e a independência norte-americana, teve relevante papel no processo da constituição do Brasil como nação autônoma. Já estava presente no período colonial suscitando a vontade de independência na Inconfidência Mineira e na Conjuração Baiana. A liberdade presente na inscrição da bandeira de Minas é o ideal maçônico transformado em símbolo vivo a ser permanentemente recordado para provocar a vigilante reflexão dos cidadãos. A tolerância e a sabedoria, presentes em indivíduos de todas as nacionalidades que obedecem aos valores da moral e da razão, têm contribuído para que o ideal da paz frutifique por todo o planeta. Partilham este Parlamento e a maçonaria os mesmos princípios da justiça e da solidariedade humana, os valores maiores sobre os quais repousam a República e a democracia. É de nosso interesse, portanto, que a ação maçônica continue e se amplie, exibindo a necessidade da liberdade e do mútuo respeito, mostrando que não existe direito sem a contraposição de deveres nem privilégios sem retribuição ao planeta e a seus habitantes. Sereníssimo Grão-Mestre, a feliz iniciativa do grande parlamentar e irmão Deputado Sargento Rodrigues não nos dá apenas a oportunidade de fazer esta justa homenagem à Grande Loja Maçônica de Minas Gerais; possibilita-nos também fazer essa reflexão histórica e, acima de tudo, tomar uma posição no atual momento. Em tempos em que vemos os mais elevados valores - que a maçonaria sempre defendeu e continuará defendendo - ameaçados, em que não podemos nos iludir quanto ao fato de que a democracia, que tanto já custou ao povo brasileiro, em suor e em sangue, continua a ser plenamente construída, incautos são os que se iludem acreditando que consolidamos de vez todos os valores democráticos pelos quais lutamos. Não é por acaso e não se trata de mera sombra o que assistimos na Venezuela, país vizinho, onde regimes autoritários, travestidos de ações meramente populistas, usurpam a liberdade de uma nação, reprimem e retiram a liberdade de expressão e de imprensa, buscam mecanismos como forma de se perpetuarem. Isso não são meros sinais, mas evidências claras de que nós, maçons, que sempre elevamos templos às virtudes e cavamos masmorras aos vícios, não podemos pactuar com tiranos, com déspotas e com usurpadores das liberdades democráticas, ainda que sobre o pretexto de grandes populistas e de grandes enganadores. Temos, sim, de estar vigilantes e, acima de tudo, dispostos a combater o bom combate, a combater de maneira permanente a corrupção que está instalada em nosso país e que, às vezes, debocha de cada um dos cidadãos. Parece que a corrupção se transformou em algo comum, corriqueiro, pois, nos debates, dia após dia, o Senado da República não encontra solução porque resiste a sucumbir diante de provas inconteste. Esse é um chamamento permanente à ação da maçonaria, mundo que alguns chamam de profano, talvez porque não o conheçam ou ainda não tenham tido a ventura de conhecer, não porque seja secreta, porque a maçonaria não o é, muito mais é discreta. Talvez este mundo não saiba, talvez esses nossos irmãos, mineiros e brasileiro, não saibam o valor que têm os irmãos maçônicos dessa ordem milenar. É preciso que nós, maçons, é preciso que homens livres e de bons costumes tomemos a decisão de mostrar que não aceitamos mais de maneira passiva a corrupção nem qualquer tentativa de golpe para que quem quer que seja venha a pensar, ainda que por meio de seus bajuladores, em perpetuar-se no poder na República livre do Brasil. Portanto, Deputado Sargento Rodrigues, sua contribuição, muito mais que louvar, o que faz em boa hora, os 80 anos da valorosa Grande Loja Maçônica de Minas Gerais, dá-nos a oportunidade de fazer o alerta - aos irmãos em primeiro lugar, porque a nós cabe esse dever - a todos os brasileiros de que a liberdade está em perigo, de que a democracia com a qual sonhamos ainda não se instalou num País com tantas injustiças e tanto desperdício do dinheiro público. Sereníssimo Grão-Mestre, o equilíbrio, a moderação e o bom-senso historicamente demonstrados pela maçonaria haverão de iluminar o mundo e os homens, especialmente na época atual. Para isso, continuaremos contando com a desinteressada participação da Grande Loja de Minas Gerais. Muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, às 9 horas, e para a extraordinária também de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 6/11/2007.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 70ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/11/2007

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado João Leite; aprovação - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.860; manutenção - Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.882; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2007; questão de ordem - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2007; discurso do Deputado Wander Borges; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; questão de ordem; leitura e votação nominal da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.658/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado João Leite, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 29/2007 e o Projeto de Lei nº 1.658/2007 sejam apreciados em 1º lugar, nessa ordem, dentre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.860, que dá denominação ao viaduto situado na Avenida Cristiano Machado, sobre a Rua Jacuí, no sentido centro-bairro, no Bairro Sagrada Família, no Município de Belo Horizonte. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o Veto registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas :

Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 51 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.860. Oficie-se ao Governador do Estado.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.882, que dá nova redação ao "caput" do art. 1º da Lei nº 13.457, de 12/1/2000, que dispõe sobre a pensão por morte de contribuinte da Caixa Beneficente dos ex-Guardas Cíveis e Fiscais de Trânsito - CBGC. A Comissão Especial opina pela rejeição do Veto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zézé Perrella.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 58 Deputados. Está, portanto, rejeitado, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.882. À promulgação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 29/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, e fixa o subsídio dos membros da Defensoria Pública e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, na pauta de votação há uma emenda à Constituição, em processo de votação, que tem preferência para ser votada.

O Sr. Presidente - Procede a questão de ordem suscitada pelo Deputado Antônio Júlio.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o "caput" do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação por meio eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, a proposta.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zézé Perrella.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 56 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007. À Comissão Especial.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 29/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, e fixa o subsídio dos membros da Defensoria Pública e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Wander Borges.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, em relação à Lei Complementar nº 29/2007, gostaria de registrar que, no Estado, há 124 concursados em um concurso homologado em agosto deste ano. Farei uma pequena reflexão sobre a Resolução nº 111, publicada no "Minas Gerais", que proibiu a minha cidade, Sabará, de fazer o atendimento pela Defensoria Pública em todas as áreas, exceto na criminal. A população ficou extremamente prejudicada, haja vista que a área criminal tem menor porte nessa cidade. Todos os dias, quando passo pela Rua Paracatu, vejo que a fila da Defensoria se inicia às 5 horas da manhã e parece fila de INSS. Têm de ser tomadas providências em relação a isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 192 e 255, do Regimento Interno. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, o projeto, salvo emenda.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

- Registra "não" o Deputado:

Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, digitei várias vezes, mas não obtive resposta. Gostaria de declarar o meu voto, que é "sim".

O Sr. Presidente - Deputado Hely Tarquínio, está registrado o voto de V. Exa. Votaram "sim" 57 Deputados. Votou "não" 1 Deputado. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

#### Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Solicito a V. Exa. a leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 1.

O Sr. Secretário (Deputado Adalclever Lopes) - (- Lê a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 25/10/2007.).

O Sr. Presidente - A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. Em votação, a Emenda nº 1.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas :

Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Deiró Marra - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Rêmoló Aloise - Roberto Carvalho - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Weliton Prado - Zé Maia - Zezé Perrella.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 58 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 29/2007 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.658/2007, do Governador do Estado, que fixa o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.658/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

#### Declarações de Voto

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, gostaria de me congratular com a categoria dos Defensores Públicos e parabenizar esta Casa por ter finalmente aprovado esse projeto de tanta importância. Foi uma caminhada árdua. Os Defensores Públicos estão mobilizados desde o princípio do ano, e, após várias idas e vindas, foi realmente feito um acordo, uma proposta que contemplates os anseios da categoria. Hoje a Assembléia Legislativa culmina esse trabalho com a aprovação desses dois projetos. Está de parabéns esta Casa, estão de parabéns as Comissões e estão de parabéns, sobretudo, os Defensores Públicos de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, há um ditado popular que diz que uma caminhada de milha começa com o primeiro passo. Como os

Defensores Públicos caminharam! Foram milhas e milhas! Presenciei quase cinco anos de luta. Os Defensores Públicos ficaram paralisados mais de cem dias para sensibilizar o governo em relação a uma questão que é óbvia, que é a necessidade de reconhecer e garantir dignidade para os advogados do povo, para os advogados das pessoas mais simples. Sabemos como é o sofrimento do povo que não pode pagar um advogado para se defender. O governo não prioriza esse setor que garante os serviços essenciais. A Defensoria Pública, às vezes, vive à míngua, sem condições mínimas de trabalho, dependendo de parcerias e convênios com o poder público. Sem esse apoio, fica paralisada porque não tem estrutura.

Se não houver o apoio do poder público municipal, essas instituições praticamente ficam paralisadas, porque, às vezes, elas não têm a mínima estrutura, como papel Chamex, nem mesmo sede ou espaço. Não têm nada.

O salário dos Defensores realmente é muito baixo. No último concurso muitos dos Defensores que passaram e foram nomeados deixaram a carreira e ingressaram em outros concursos, porque o salário de Defensor era muito baixo.

Gostaria de parabenizar o conjunto dos Defensores Públicos pela mobilização, pela união, pela força e pela perseverança, porque não desistiram em momento algum. Foram à luta, por meio de um diálogo permanente com todos os Deputados desta Casa e fizeram gestão junto ao governo do Estado, com trabalhos de mutirões, conscientizando a população em relação aos direitos dela, inclusive ao seu direito de ter dignidade na carreira. Faz-se justiça ao garantir a aprovação desses dois projetos.

Os senhores não podem parar por aí, já que ainda há muito mais para avançar. Defendemos também a isonomia, ou seja, a equiparação salarial com os membros do Ministério Público. Isso porque sabemos o tanto que o Defensor Público trabalha, até mesmo levando serviço para casa e envolvendo-se pessoalmente, dada a carência e o sofrimento do povo. O tratamento que os Defensores dão às suas causas é mais que profissional, pode-se dizer pessoal, contribuindo com o próprio salário para a estruturação do órgão. Faz-se justiça ao garantir uma equiparação salarial com os membros do Ministério Público.

Essa luta tem de continuar; para isso, esperamos que o governo coloque, no orçamento deste ano, recursos necessários para atender à parte estrutural da Defensoria Pública, o que é fundamental. Existem Defensorias Públicas no interior que não têm mesa, não têm cadeira, não têm sede, não têm papel Chamex, não têm computador, não têm tinta, não têm nada. A situação é realmente muito difícil. Aliás, a imprensa do interior costuma mostrar isso de forma permanente, para mostrar a realidade das Defensorias e fazer reivindicações para as comunidades mais carentes.

Deixo aqui o nosso pedido ao governo do Estado, para que seja sensível com a Defensoria Pública, a fim de garantir, no orçamento deste ano, a estrutura necessária para o seu funcionamento. Dinheiro existe. Aliás, o orçamento de 2003 frente ao orçamento de 2007 praticamente dobrou. Hoje, a previsão para o orçamento do governo do Estado para o ano que vem é de mais de R\$32.000.000.000,00. Existe muito dinheiro, muito recurso, por isso espero que o governo tenha sensibilidade e coloque esses recursos no orçamento, para garantir a parte estrutural, a fim de que a Defensoria Pública possa equipar-se, ter tinta, ter computador, ter cadeira e possa atender, com dignidade, a população.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, a Bancada do PT e do PCdoB votou favoravelmente aos Defensores Públicos de Minas Gerais. Queremos aqui registrar essa votação que hoje, de forma justa, esta Assembléia Legislativa de Minas faz em homenagem à grande luta dos Defensores Públicos de Minas Gerais.

Sr. Presidente, é importante registrar também que, quando se trata da valorização do servidor público, o andamento das votações, especialmente por parte do Executivo em Minas Gerais, ainda é muito lento. O andamento é lento nesta Assembléia Legislativa de Minas.

Lembro-me, como se fosse hoje, da luta desses Defensores que começaram, já no mês de março, uma grande mobilização, uma greve que durou mais de 100 dias, e a negociação por parte do governo do Estado foi demorada e somente agora, no início do mês de novembro, conseguimos fazer justiça a essa categoria. Categoria essa que merece o respeito de todos os Deputados. Foi exatamente aqui, nessa votação, que ficou explicitado esse respeito.

Também gostaria de registrar que essa votação faz justiça à remuneração dos servidores públicos, porque, até hoje, antes dessa votação, Minas Gerais tinha a terceira pior remuneração de Defensores Públicos do País. Minas Gerais somente perdia para os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

O que fizemos aqui, hoje, foi pôr o servidor público em condição digna de trabalho. É preciso também registrar que é importante valorizar mais essa categoria. Hoje mais de 60% das comarcas de Minas Gerais sentem a falta do servidor público, porque a quantidade ainda é pequena no Estado. Precisamos exigir a convocação dos aprovados no concurso público. Além disso, que se realizem mais concursos no Estado.

Da mesma forma, Sr. Presidente, é fundamental que Minas Gerais também modernize a sua legislação, dando-lhe autonomia. Isso é constitucional. A Defensoria Pública, não pode ficar subordinada a uma secretaria de Estado, sem ter respeitada a sua autonomia, violando-se crassamente a nossa Constituição Federal de 1988.

Portanto, quero prestar uma homenagem a todos os servidores públicos de Minas Gerais, porque assim, sem dúvida nenhuma, estaremos construindo um Estado mais digno, com melhor forma de vida para seu povo. Essa dignidade se constrói com a valorização do servidor público e do Defensor Público. Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, quero ser bem objetivo. Esta Casa fez a sua obrigação. Gostaria de parabenizar os Defensores pela persistência. Eles fizeram valer um ditado bastante conhecido: "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Quase um ano depois de terem realizado esse trabalho, de gabinete em gabinete, junto aos parlamentares, quero crer que saímos daqui, hoje, com um resultado, com a votação e a aprovação dessa "justa remuneração", pois é justa em consequência da luta deles durante todo este ano; mas ainda está aquém daquilo que, de fato, merecem.

Portanto, fica aqui esse registro. Reitero que esta Casa fez a sua obrigação. Parablenzo os Defensores e as Defensoras do nosso Estado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, em nome dos Defensores Públicos que se encontram aqui, tanto de Juiz de Fora quanto de outras cidades, gostaria de saudar os Defensores e as Defensoras de Minas Gerais. Além disso, compartilho com todos eles angústias e debates, pois, ao longo deste ano, vivenciamos muitas discussões. Cumprimento especialmente o Sr. Eduardo Generoso, Presidente da Associação dos Defensores Públicos, pelo esforço e pela persistência de permanecer aqui, com todos os Defensores do Estado, durante tanto tempo, demonstrando efetivamente o compromisso com o povo e a justiça popular.



Quero fazer esse registro. Além disso, digo que, mesmo com a criação de mais de 282 cargos de Defensores, que se somarão aos existentes, chegando a 1.200 em Minas Gerais, sabemos que isso ainda é pouco para a necessidade da presença maior de uma justiça junto à população mais pobre do Estado.

Todavia, já temos algumas conquistas, como o aumento do subsídio - aliás, não como merecem os nossos Defensores - e dos cargos. Novas lutas virão. Os senhores nos terão como aliados nesta Casa Legislativa para o que precisarem. Parabéns! Boa noite e obrigada.

O Deputado Ademir Lucas - Sr. Presidente e Deputados, com o Deputado Domingos Sávio, em nome da Bancada do PSDB, gostaria de manifestar a nossa satisfação pela aprovação desse projeto e também do projeto de lei complementar. Evidentemente, sabemos que isso é oriundo do esforço extraordinário de todos os nossos companheiros Defensores Públicos, da sua liderança, que aqui esteve, durante tanto tempo, e sensibilizou o conjunto desta Casa. Houve unanimidade; nenhum voto foi contrário à aprovação. Gostaria que isso ficasse consignado. Para nós, realmente foi um voto de justiça à causa e à luta da categoria.

Por outro lado, não é possível não deixar consignado o esforço do governo Aécio Neves e os avanços que a categoria teve na estruturação administrativa e, agora, na recuperação - embora também ache que não é o ideal. Disse isso outras vezes, mas trata-se de um avanço extraordinário no entendimento entre a categoria e o governo. Já disse várias vezes que ainda acho o resultado aquém, se compararmos com o nosso "ex adversus", no caso, o Ministério Público, onde se inicia a carreira com R\$19.000,00; e com o Tribunal de Contas, onde o Procurador tem o salário inicial de R\$21.500,00. Realmente, a categoria dos Defensores ainda merece atenção especial para chegarmos onde deveríamos estar. Afinal de contas, os Defensores Públicos, a Advocacia-Geral do Estado, a Procuradoria Fiscal, o Ministério Público são da mesma área jurídica e vêm do mesmo banco das escolas de Direito. Mas quero deixar consignado que houve avanço na administração Aécio Neves. A categoria reconhece isso, mas quer avançar mais.

O nosso respeito e admiração pelo trabalho do Eduardo Generoso, do Dr. Glauber e dos demais, que se empenharam por toda a categoria, sobretudo com muito respeito, que sempre tiveram por esta Casa, pela participação ativa da Assembléia Legislativa e pelo acolhimento dado pelo governo Aécio Neves a esse grande avanço. Repito, ainda não é o ideal, se comparado às outras categorias jurídicas; mas foi um avanço. O meu abraço aos companheiros da Defensoria Pública.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, sinto-me na obrigação não apenas de cumprimentar a categoria, mas também de lembrar que ainda temos 37 Assistentes Jurídicos na Defensoria que precisam ser equiparados ao Defensor de primeira classe; que temos mais de 200 funcionários administrativos que ganham menos que os funcionários administrativos das outras Secretarias de Estado; que o advogado de acusação, que é o Promotor, ganha mais que o dobro que o Defensor Público, que é o defensor do povo. Quero lembrar de forma bastante clara que essa votação dependeu de negociação e que alguns Deputados nela se destacaram, como o Líder do Governo, Deputado Mauri Torres; como o Líder do PSDB, Deputado Domingos Sávio; como o próprio Deputado Doutor Viana; o Presidente da Assembléia; enfim, alguns Deputados que procuraram o governo para sensibilizá-lo.

Na verdade, se esse assunto tivesse sido votado na época em que foi apresentado, não teríamos o resultado que tivemos em consequência das negociações feitas por esta Casa. Todos reconhecem e todos votaram a favor da melhoria salarial dos Defensores Públicos, que são muito importantes na estrutura de governo, sobretudo na estrutura da democracia. É preciso lembrar que Minas Gerais precisa muito deles, e que sua dedicação e seu trabalho são muito importantes para o povo mais pobre do nosso Estado. Muito obrigado, Srs. Defensores, pelo trabalho que fazem.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, quero manifestar a alegria da nossa Bancada do Partido dos Trabalhadores, do PCdoB. Desde o primeiro momento, estivemos de braços dados com a causa dos Defensores Públicos de Minas Gerais, uma causa justa, e hoje compartilhamos da alegria dessa vitória. É uma vitória parcial, mas que já significa muito para a classe. Não é só uma vitória da classe, mas dos menos favorecidos e de toda a população do Estado. Continuaremos em defesa e à disposição dos servidores aqui, nesta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Defensores, cumprimento a todos na pessoa do nosso prezado amigo, Presidente da Associação dos Defensores, nosso querido Dr. Eduardo, cumprimento extensivo ao Dr. Glauco, batalhador por essa causa, não só pela categoria, mas pela justiça.

Tenho dito, desde o momento em que cheguei a esta Casa, no mandato passado, que a Defensoria é, de alguma forma, um dos alicerces fundamentais da Justiça. Não se pode pensar uma sociedade cujos princípios sejam aplicados a só uma parte. Os mais pobres precisam desse amparo que o Estado tem de lhes oferecer. Essa é a missão árdua de um Defensor.

Discutimos e votamos o projeto por unanimidade. Creio que, por razões pessoais, alguns Deputados não puderam estar aqui. A vida parlamentar é atribulada, com diversas funções. Fiz questão de estar, não só para testemunhar esse momento histórico, dando o nosso voto favorável, mas para concluir um processo que vem de longa data. Na verdade, podemos dizer que vem do mandato passado, quando se iniciou a gestão Aécio Neves em Minas Gerais.

Tudo se deu num processo de diálogo, que, às vezes, tem uma alteração de tom. É assim no ambiente democrático, mas nunca deixou de existir. Esse diálogo construiu, primeiro, um fortalecimento orçamentário, a independência da própria instituição Defensoria Pública. Agora nos conduz à votação de dois projetos importantes: um que reajusta e estabelece uma forma nova e mais adequada de remuneração, por meio de subsídios ao profissional Defensor Público; outro que, alterando a estrutura, amplia o número de profissionais que terão a missão de defender os mais pobres.

Participamos, desde o primeiro momento, de toda essa luta. Nessa fase mais difícil, não foram nem uma nem duas vezes, mas várias as vezes em que estivemos, ao lado do Dr. Eduardo e de outras lideranças, como o Dr. Leopoldo, discutindo com o governo do Estado sobre o caminho mais justo. Desde o primeiro momento, encontramos uma boa acolhida não só do Governador Aécio Neves mas também da sua assessoria, da Secretária Renata Vilhena e do Prof. Antônio Anastasia, em que pese ao tempo apropriado, às dificuldades naturais e às negociações com outras categorias. O Estado possui em torno de quinhentos mil servidores, entre ativos e inativos, enfim, são mais de meio milhão de pessoas. Isso não diminui a Defensoria, pelo contrário, mostra a sua importância na medida em que teve a sua negociação de uma forma específica.

No tempo certo, o projeto veio. Sei que custou algumas horas de sono e de sacrifício, em especial destes profissionais que estão aqui, acompanhando a votação, mas estivemos ao lado de vocês desde o primeiro momento. Digo isso para reafirmar que continuaremos ao lado da Defensoria Pública e ao lado do Governador Aécio Neves. É a absoluta coerência o que digo.

O processo democrático não exige que quem esteja na base concorde com tudo e quem esteja na Oposição discorde de tudo. Trata-se de um processo de construção, principalmente quando temos um Governador que foi e sempre será um grande parlamentar, um grande homem do parlamento, da democracia, que compreende e aceita o debate. Esse debate tem ajudado no aprimoramento das estruturas de governo de Minas Gerais.

Rendemos homenagens a cada um dos Defensores Públicos - obviamente, à sua liderança, na pessoa do Dr. Eduardo Generoso, mas também a

todos, aos meus colegas de Divinópolis, que, tenho certeza, estão acompanhando esta votação e já manifestaram essa preocupação mais de uma vez; a todas as cidades mineiras e a tantas outras que não têm a Defensoria Pública e precisam ter.

Concluindo, Sr. Presidente, temos outros desafios pela frente. Reafirmo que estamos ao lado de vocês, mas há outras categorias com as quais precisamos nos preocupar.

Registro, neste momento, a minha preocupação com os profissionais do IMA, especialmente os meus colegas médicos-veterinários. Esse é um grande desafio, diria, que o governo de Minas tem. É uma área que cuida da vigilância, de algo que está ligado à saúde pública, não só à saúde animal, que é fundamental até para a competitividade do nosso Estado. Precisamos olhar com carinho, também, para os nossos colegas do IMA.

Muito obrigado. Votamos a favor da Defensoria e a favor de Minas.

O Deputado Wander Borges - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PSB, quero deixar registrado o nosso carinho e satisfação em ver esse projeto aprovado hoje em sua plenitude, já indo à sanção do Governador. Esse caminho da construção é propício à democracia.

Vejo com muita alegria também alguns encaminhamentos remuneratórios que o Estado vem fazendo nos últimos meses. Aqui mesmo tivemos oportunidade de trabalhar o aumento da área de segurança pública e dos professores, mas existe a preocupação com os servidores da área de saúde. Concordo com o Deputado Domingos Sávio, que mencionou o pessoal do IMA, mas incluo o servidor do IEF, que precisa ser olhado com um carinho todo especial.

Sabemos que, para chegar a esse denominador comum, não basta simplesmente a categoria querer, sem que haja os estudos preliminares, sobretudo o de impacto orçamentário, para saber de onde virão os recursos. A cada aumento salarial, há o impacto natural nas folhas de pagamento "ad aeternum". Se são 500 mil servidores, a folha de pagamento é muito grande. E o Estado, que já alternou entre pagamento em dia e - como há tempos atrás - pagamentos atrasados, até com o décimo terceiro parcelado, há de primar pelo pagamento sempre na data certa.

Há que trabalhar dessa forma mesmo, com discussão, com negociação, para que, ao final, quando se bater o martelo, aquilo esteja dentro do planejamento financeiro e orçamentário do Estado, e o funcionário público possa fazer seu planejamento sabendo que naquele dia comprometido não há de faltar a remuneração para que ele honre seus compromissos do dia-a-dia.

Parabenizo a todos da Defensoria, em especial aqueles que aqui vieram constantemente este ano: encontram-se com um Deputado na esquina, com outro no corredor, mais outro no cafezinho, mas é isso mesmo. É assim que se constrói um parlamento. Está de parabéns o conjunto da Assembléia, dos servidores e, sobretudo, dos Defensores Públicos.

O Deputado Ruy Muniz - Obrigado, Sr. Presidente. Também desejo manifestar nossa alegria por contemplarmos com essa correção e esse reajuste os Defensores Públicos de Minas Gerais. Parabenizo a Associação e digo a vocês que isso ocorreu, como mencionou o nosso Líder, Deputado Sávio, em razão de um grande articulador, uma pessoa realmente capaz, que está mudando a história de Minas Gerais e, se Deus quiser, mudará também a do Brasil, que é o nosso Governador Aécio Neves.

Quero fazer uso da palavra também para dizer que, como vocês estão agradecidos, nós, de Montes Claros, estamos gratos pela ação do governo de Minas, porque hoje foi entregue ao povo do Norte de Minas uma nova unidade prisional, com 600 vagas, inaugurada pelo Governador em tempo recorde. Estamos satisfeitos por fazer parte de uma bancada que apóia o nosso Governador Aécio Neves.

Mais uma vez, parabenizo a vocês, dizendo a todos que contem sempre com a Assembléia Legislativa. Viva os Defensores Públicos de Minas Gerais! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, quero cumprimentar as Defensoras e os Defensores Públicos presentes nas galerias da Assembléia Legislativa e os demais, espalhados pelo Estado de Minas Gerais. Como advogado militante, tenho a obrigação de dar o testemunho da importância do trabalho da Defensoria Pública. Além de propiciar o acesso das camadas mais sacrificadas da sociedade à justiça, a Defensoria Pública e o próprio advogado têm um papel importante na sociedade. Se o cidadão não tem acesso à Justiça por meio da Defensoria, pode acabar querendo resolver os problemas pelas próprias mãos. Isso seria um caos na sociedade. Portanto, o papel do Defensor Público é extremamente relevante. O Governador Aécio Neves e a Assembléia Legislativa de Minas, com o trabalho permanente da Defensoria, demonstraram avanço com a aprovação desse projeto. Parabéns à Defensoria Pública pelo importante trabalho que presta aos mineiros.

O Deputado Hely Tarquínio - Neste momento, ao Dr. Eduardo, líder dos Defensores, e a todos os Defensores e Defensoras manifestamos nossa alegria ao ver esse projeto aprovado em 2º turno, neste Plenário. Temos a certeza de que o Governador irá sancioná-lo. A Assembléia Legislativa cumpre o seu papel de mediadora, mantendo diálogo constante com os Defensores Públicos, a quem presto minha homenagem pela perseverança, pela busca de realizar seu ideal, estruturando, cada vez mais, esse órgão tão importante, para fazer justiça aos carentes de Minas Gerais.

Vocês são, às vezes, anônimos, mas hoje ganham uma estrutura que configurará melhor a justiça para os carentes.

Sentimos, nesta Casa, que cumprimos com o nosso dever, mas nos encontramos abertos para consolidar a carreira do Defensor Público e a estrutura do órgão, a fim de que se faça a melhor justiça para as pessoas carentes.

Parabéns a todos vocês. Sabemos que o Governador, na sua sensibilidade, está construindo a estrutura do Estado. Aqui estamos para ajudar na consolidação da Defensoria Pública, tão importante para as pessoas carentes. Obrigado.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, votei "sim", apesar de o painel ter marcado o meu voto "não", mas já justifiquei.

O que me traz ao microfone, Sr. Presidente, é o meu protesto em relação ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e às Polícias Militar e Civil do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, todos sabem que o bingo é proibido no Brasil, mas, na cidade de Montes Claros, há mais de 30 dias, funcionam dois bingos, de um grupo de empresários do Rio Grande do Sul, que estão instalados naquela cidade. O bingo ali era de empresários de Montes Claros e foi comprado apesar da proibição existente. Portanto, o bingo está funcionando naquela cidade. Falam que estão dando um dinheirinho para a Polícia Militar local. Estão falando que, mensalmente, a caixinha do Promotor da Comarca está ficando gorda. É o comentário da cidade, Sr. Presidente. Há 30 dias, a TV Alterosa fez uma matéria. O Ministério Público não quis falar, e o mesmo aconteceu com a Polícia Militar. E o bingo

continua funcionando.

Falava agora com o Deputado Luiz Tadeu Leite, que é da cidade, e ele me disse: "Alencar, você, que é doido, vai ali e denuncia". Eu lhe disse: não sou doido, não. Sou consciente, porque sempre lutei pela legalidade do jogo. E lá, em Montes Claros, não sei o que acontece. Falo isso aqui porque o Ministério Público está ciente. Falo isso porque o moço do crime organizado está ciente. Mas daqui não podem fazer nada lá. O Comandante da Polícia está sabendo do que ocorre, mas não pode fazer nada. O que acontece? Será que Montes Claros é uma cidade diferente nas nossas Minas Gerais?

Fica aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, um pedido de providências para que se veja o que está acontecendo. Se há documentação lá, tem de haver aqui também. A mesma lei aplicada em Montes Claros tem de ser aplicada em Belo Horizonte e no Brasil todo. Quero lembrar: bingo é proibido no Brasil, mas está correndo solto em Montes Claros, e quem perde com isso é a população, porque jogo ilegal atende a poucos. Dizem que, em vez de pagar impostos, é preferível pagar à polícia. Isso é uma vergonha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Gostaria de também manifestar alegria pela aprovação do projeto de lei que normatiza um pouco e restitui a auto-estima da Defensoria Pública. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, encerra a discussão dos Projetos de Lei nºs 301, 772, 788 e 1.237/2007, em 1º turno, e dos Projetos de Lei nºs 351, 426 e 708/2007, em 2º turno, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 7, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 1º/11/2007

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura e Almir Paraca (substituindo este ao Deputado André Quintão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eros Biondini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar proposições da Comissão. Registra-se a presença do Deputado André Quintão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca e André Quintão em que solicitam seja realizada reunião desta Comissão para debater em audiência pública a realidade socioambiental e a inclusão social e produtiva dos povos e comunidades tradicionais do Estado de Minas Gerais; Carlin Moura (3) em que solicita seja formulado apelo à Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -, ao Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - e à Superintendência da Região Central Metropolitana de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Supram-Central -, com vistas à realização de audiência pública para discutir o Estudo do Impacto Ambiental - EIA - e o seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - Rima -, elaborado para o projeto Mina a Céu Aberto; em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para, em audiência pública, discutir a mão-de-obra na Cemig e a campanha salarial de 2007 dos eletricitários mineiros; em que solicita sejam apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 1.615/2007 para assegurar que as demandas de registro civil de nascimento e os problemas da sociedade mineira sejam adequadamente enfrentados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2007.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - Carlin Moura.

### ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 110ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 13/11/2007

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

## 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação de 10% dos imóveis populares construídos pelo Governo do Estado aos portadores de deficiência. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que cria a Notificação Compulsória da Violência Contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência Contra o Idoso. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Heliodora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.480/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.645/2007, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fernandes Tourinho os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 34ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 13/11/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Resolução nºs 716/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.724/2007, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 113/2007, do Deputado André Quintão; 252/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 727/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 982/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.313/2007, do Deputado Almir Paraca; 1.323/2007, do Governador do Estado; 1.465/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada; 1.584/2007, do Governador do Estado; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 388/2007, do Deputado Zé Maia; 1.352/2007, do Deputado Neider Moreira; 1.432/2007, do Deputado Arlen Santiago; 1.553/2007, do Deputado Paulo Guedes; 1.612/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.635/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.670/2007, dos Deputados Sávio Souza Cruz, Adalclever Lopes, Gilberto Abramo, Vanderlei Miranda, Luiz Tadeu Leite, Getúlio Neiva, Ivair Nogueira e Antônio Júlio; 1.684/2007, do Deputado André Quintão; 1.687 e 1.688/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.692 e 1.693/2007, do Deputado Wander Borges; 1.695/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.696/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.702/2007, do Deputado Wander Borges; 1.710/2007, do Deputado Delvito Alves; 1.713, 1.714 e 1.715/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.717/2007, da Deputada Elisa Costa; 1.721 e 1.727/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.729/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.733/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 1.734/2007, da Deputada Elisa Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 13/11/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.364/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 418/2007, do Deputado Djalma Diniz; 1.487/2007, do Deputado Ivair Nogueira; 1.509/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; 1.593/2007, do Deputado Sebastião Costa.

Requerimentos nºs 1.372/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.405 e 1.433/2007, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 13/11/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 791/2007, do Deputado Ademir Lucas, e 1.671/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 30ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 13/11/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.436/2007, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 13/11/2007, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 1.630/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica regime especial de tributação concedido à indústria de reciclagem, nos termos do art. 225 da Lei nº 6.763, de 26/12/75; dos Projetos de Lei nºs 64/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação de 10% dos imóveis populares construídos pelo Governo do Estado aos portadores de deficiência, 457/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que cria a Notificação Compulsória da Violência Contra o Idoso e a Comissão de Monitoramento da Violência Contra o Idoso, 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Heliadora o imóvel que especifica, 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica, 1.480/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica, 1.481/2007, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itabirinha de Mantena o imóvel que especifica, 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica, 1.598/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Abaeté o imóvel que especifica, e 1.645/2007, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Fernandes Tourinho os imóveis que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 12 de novembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Corregedor do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, para obter esclarecimentos, em audiência pública, sobre as notícias divulgadas pela mídia mineira referentes ao incêndio ocorrido nas dependências do Edifício Sede do Tribunal de Contas do Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2007, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer sobre a Mensagem nº 22/2007; o Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 1.399/2007, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 772/2007, do Deputado Irani Barbosa; 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; e 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 30/2007, do Governador do Estado; 438/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 614/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.124/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.233/2007, do Deputado Jayro Lessa; e 1.414, 1.585, 1.673, 1.674 e 1.675/2007, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2007.

Zé Maia, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ademir Lucas, André Quintão, Chico Uejo, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/11/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 116/2007, que dispõe sobre a contratação de consórcios públicos no Estado de Minas Gerais, com a presença de vários convidados; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2007.

Elmiro Nascimento, Presidente.

#### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.593/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação à rodovia que liga os Municípios de Antônio Prado de Minas e Eugenópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.593/2007 pretende dar a denominação de José Rodrigues Pereira à rodovia que liga os Municípios de Antônio Prado de Minas e Eugenópolis.

A homenagem que ora se pretende fazer a José Rodrigues Pereira é justa, pois esse antigo líder político foi representante de Antônio Prado de Minas, na condição de Vereador, antes mesmo de sua emancipação de Eugenópolis. Vice-Prefeito e Prefeito desse Município de 1963 a 1966, foi também Prefeito de Antônio Prado de Minas, de 1977 a 1982, quando construiu a estrada municipal que liga as duas localidades.

Enfrentando as dificuldades características da época, mostrou determinação ao adquirir com sacrifício uma patrol para abrir estradas. Construtor de escolas urbanas e rurais, postos de saúde, pontes, praças de esporte e de reservatório para abastecimento de água, cumpriu seu papel como cidadão e agente público.

Falecido em 1994, a homenagem que se lhe pretende fazer por meio desta proposição é meritória.

## Conclusão

Pelo aduzido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.593/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2007.

Djalma Diniz, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

105ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 31/10/2007

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje discutimos bastante alguns problemas profundos referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, ao viaduto e a outros assuntos.

No momento, quero comentar sobre o PPAG. Em audiência realizada numa reunião conjunta de comissões, discutimos muito sobre a isenção do ICMS para alguns produtos. Comentamos que esse pacote de bondades que o governo está enviando encobre algumas pequenas maldades que devem ser expurgadas do texto. Isso foi amplamente debatido com a equipe da Secretaria de Fazenda, com representantes da Faemg e do sindicato. Depois da discussão, sentimos que a Secretaria de Fazenda está realmente aberta ao diálogo e à conversação.

Na segunda-feira, realizamos amplo debate a respeito do etanol, debate maior até que o normal, pois ultrapassamos as 18 horas e fomos até às 19h10min. Mas cabe a nós, Deputados, raciocinar um pouco a respeito da questão tributária do álcool. Não podemos aceitar que Minas continue tendo na bomba a maior tributação do álcool de todos os Estados brasileiros. Mesmo porque isso tem trazido preocupações não só para o setor automotivo, para as revendas de automóveis, mas também para os próprios consumidores da beirada de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eles vão a esses Estados abastecer o carro, não o abastecem em Minas Gerais. Parece-me que Minas está com 11,6% de participação no consumo de álcool, enquanto São Paulo está com 28,7%. Vemos que o consumo de álcool é muito maior em São Paulo do que em Minas Gerais. Isso ocorre exatamente por causa da tributação excessiva feita em Minas, que é da ordem de 25%; precisamos reduzi-la para 12%.

Discutimos muito esse aspecto com os técnicos da Secretaria de Fazenda, e a Comissão de Política Agropecuária resolveu endossar a proposta da redução também para o consumidor. Claro que, no momento em que o projeto chegar ao Plenário, merecerá muitas discussões. Mas entendemos que Minas pode ser para o Brasil um exemplo. Na verdade, temos fantástico potencial de crescimento na área da produção de álcool carburante. A cana-de-açúcar para produção de etanol ocupa menos de 300.000ha em Minas Gerais, de um total de 498.000ha ocupados. Do total da produção de cana-de-açúcar em Minas, mais de sua metade é para a produção de açúcar, e não para a de etanol.

As nossas fronteiras agrícolas podem ser largamente expandidas para o Nordeste, o Noroeste e o Norte de Minas. No Sul, também ainda há espaço para crescimento. O levantamento feito e os mapas climáticos e geológicos mostram a possibilidade de plantio de cana em qualquer parte do território mineiro; portanto, há grande possibilidade de expansão.

Enxergamos essa situação não só do ponto de vista mineiro, mas também do nacional. Eu e os Deputados Padre João e Antônio Júlio comentávamos, no almoço, sobre a questão estratégica do País. Talvez o Brasil seja o único País que, se se deflagrar uma guerra amanhã e todos os postos de petróleo explodirem, se já não houver refinaria de petróleo, em três ou quatro anos, poderá auto-abastecer-se de álcool. Temos muitas fronteiras agrícolas para explorar.

É claro que, com base na tônica que aborda o Deputado Padre João nas nossas reuniões, faz-se necessário que se olhe também não só o aspecto da grande empresa, exploradora de grandes monoculturas, mas sobretudo a agricultura familiar, que precisa ser estimulada. Se conseguirmos implantar em Minas Gerais a política do etanol com base na megadestilaria, possibilitaremos que cada Prefeitura, cooperativa e agrupamento de produtores rurais e familiares, em determinada área de um Município, tenha sua pequena usina para a produção de até 5.000 litros de álcool ao dia.

Se conseguirmos implantar em Minas Gerais a política do etanol com base na microdestilaria, possibilitaremos que cada Prefeitura, cada cooperativa, cada grupamento de produtores rurais, familiares, em determinada área de um Município, tenham sua pequena usina para 1.000 litros, 2.000 litros, 5.000 litros por dia. Se conseguirmos isso, faremos com que cada propriedade rural consiga cuidar do porco, do boi, da galinha, plantar feijão, mamona, arroz, e, ao mesmo tempo, ter o seu espaço para plantio de cana, produzir o combustível para o seu próprio consumo e até para o consumo do próprio Município.

O que encarece o álcool? Ele é encarecido pelo passeio. Ele é produzido e passeia pelo Brasil nas mãos da Petrobras, única controladora da sua distribuição. É esse passeio que encarece o álcool. Precisamos, então, ter condição de raciocinar em cima disso, de tal sorte que, como brasileiros e, sobretudo, como mineiros, deixemos que todos os 853 Municípios de Minas Gerais usufruam a benesse da produção do álcool para o próprio abastecimento e até para exportação.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva, pelo aparte. Quero cumprimentá-lo por sua fala, um assunto tão importante. A grande esperança dos brasileiros é o etanol, os biocombustíveis. Então, temos sempre de falar nesse assunto. Ontem disse da tribuna que Minas Gerais poderia estar consumindo 50% a mais de etanol. O que faz com que não tenhamos esse consumo é o preço ao consumidor. A partir do momento em que consumirmos mais, estaremos gerando mais emprego e mais renda, pois novas indústrias de álcool estariam sendo implantadas.

Temos hoje um problema muito sério em relação ao gás natural veicular, pois a Petrobras está diminuindo o seu fornecimento aos postos de combustível, e os motoristas de táxi das grandes cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, enfrentam grandes dificuldades. Se tivéssemos uma política de bons preços do etanol em Minas Gerais, estaríamos consumindo mais esse combustível e deixando de consumir o gás natural, que é importado - boa parte dele vem da Bolívia. Hoje o gás natural está sendo mais consumido, visto que as hidrelétricas não estão produzindo em virtude da falta de chuva. As termelétricas estão usando esse combustível, com isso, o gás para veículos está em falta. A nossa solução é o etanol. O seu preço é menor para incentivar mais indústrias, e Minas não pode ficar para trás. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Getúlio Neiva - A alegria é nossa, Deputado Doutor Rinaldo.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)\* - Gostaria de parabenizar o Deputado Getúlio Neiva pelo seu pronunciamento. Realmente, não entendemos por que em Minas Gerais - já é até uma questão histórica, na época do Império havia a luta de Tiradentes para diminuir a

tributação. Essa questão está impregnada, faz parte da nossa cultura - o ICMS do álcool é 25%; em São Paulo é 12%, ou seja, menos da metade; em Goiás é 15%. Essa é outra contradição. Da mesma maneira a energia elétrica, em que o ICMS cobrado é também muito alto.

Minas é um dos maiores produtores de álcool. Os investimentos no setor sucroalcooleiro estão aumentando; aliás, até em relação ao setor ambiental, sabemos que o uso do álcool como combustível é ecologicamente correto, e não o combustível fóssil, como a gasolina e o óleo diesel. Do ponto de vista ambiental, sabemos que o avanço seria usar o álcool. Em nosso Estado não compensa usar o álcool. Por que não compensa? Por causa da alta tributação. Se formos fazer um comparativo com a gasolina, o ICMS dela é muito menor. Aqui o ICMS do álcool é 25%. Uma grande frota de veículos "flex" é o álcool. Infelizmente, os proprietários desses veículos preferem abastecê-los com gasolina.

Deixo, mais uma vez, um aviso para que o Governador se sensibilize e cumpra uma promessa de campanha, pois ele prometeu, durante a eleição, que diminuiria o ICMS do álcool pelos mesmos índices praticados em São Paulo, 12%, aqui ainda o índice é de 25%. Infelizmente, essa mudança só favorecerá à Secretaria de Fazenda do ponto de vista tributário. Há um projeto tramitando e precisa do empenho de V. Exa. Os Deputados Roberto Carvalho e Luiz Humberto Carneiro assinaram esse projeto conosco. Essa é uma luta antiga do Deputado Padre João.

Então, continuaremos a sensibilizar e a pressionar o governo, para que cumpra o que prometeu durante as eleições: diminuir o ICMS do álcool. Para se ter idéia, o ICMS da energia elétrica em Minas Gerais, para residências, é de 30%, mais a cobrança por dentro, temos 47% de ICMS. Essa é a energia mais cara do Brasil e uma das mais caras do mundo.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço o aparte do nobre Deputado Weliton Prado, que tem defendido essa idéia ao longo desses primeiros oito meses de trabalho aqui na Assembléia. Concordamos com a idéia da redução, e a propusemos por via de emenda ao Projeto de Lei nº 585. Já a apresentamos e protocolamos, junto com nossos companheiros da Comissão de Política Agropecuária.

Vamos defender essa idéia, mas sobretudo vamos defender algo de que o Deputado Padre João vai gostar muito: o Indi já me comunicou que criou um grupo de trabalho, a fim de estudar um programa específico para o governo do Estado, para a implantação de microdestilarias de álcool em todos os Municípios mineiros. É um programa específico e estuda as várias e pequenas destilarias produzidas por universidades e empresas, com o objetivo de adotar um modelo, ou alguns modelos que possam ser custeados até pelo próprio poder público, para oferecer aos Municípios e fazer política social junto a agricultores e cooperados.

A nossa posição, então, Sr. Presidente, é pela instalação, em cada Município de Minas Gerais, de 1, 2, 3, 5 ou 10 microdestilarias, acabando com o passeio do álcool. Sobretudo, queremos pedir ao governo sensibilidade para redução da alíquota para 12% na bomba para nossos consumidores. Agradeço a V. Exa. e vejo que já temos quórum suficiente para o debate.

O Deputado Padre João (em aparte)\* - Deputado Getúlio Neiva, gostaria de cumprimentá-lo. V. Exa. participou da audiência pública em que, entre outros especialistas no assunto, contamos com o Prof. Juarez, da Universidade Federal de Viçosa, que produziu um livro.

O Deputado Getúlio Neiva - Ele é meu conterrâneo, de Itambacuri.

O Deputado Padre João (em aparte)\* - Ele nos mostra como a Assembléia Legislativa pode dar sua contribuição para a publicação desse livro. Embora todos saibamos cultivar a cana, o livro ensina dezenas e dezenas de cultivos desde o preparo do terreno. O seu grande mérito é ser o único que desvenda e dá publicidade à confecção da coluna, única peça que se pode anexar a qualquer alambique possibilitando uma graduação de 20°, que é a cachaça, e a elevação dessa graduação a 94°, 96°, como vi lá ser produzido. Qualquer serralheiro que trabalhe com material de inox, a partir desse livro, poderá fazer essa coluna, ou seja, estaremos gerando emprego na construção desses equipamentos e o disponibilizando, como V. Exa. disse, a todos os Municípios.

Está claro para nós que o álcool, na microdestilaria, não prejudica o solo, pois a cana é sempre cortada crua e não se utiliza o fogo. Além disso, em vez de termos milhares de trabalhadores saindo do Jequitinhonha e região, como Minas Novas, e indo para São Paulo, Estado menor que o nosso, isso permitirá que produzam a cana, o álcool e outros derivados lá. Portanto, este é o momento de o Brasil e Minas Gerais darem sua contribuição ao Planeta. Devemos rever os nossos erros. Nós, desta Casa, temos de contribuir mais e exigir uma energia realmente limpa e uma matriz energética renovável. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento.

O Deputado Getúlio Neiva - Concordo com V. Exa. e coloco como minhas as suas palavras. Agradeço aos companheiros, Deputados e Deputadas, e ao Sr. Presidente. Voltaremos a falar do viaduto em outra oportunidade.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento a Mesa, hoje presidida pelo Deputado José Henrique; as Deputadas e os Deputados presentes em Plenário; a TV Assembléia e todos que nos acompanham por essa transmissão, em Minas Gerais e no Vale do Rio Doce.

De forma breve, quero posicionar-me a respeito do debate que estamos fazendo na Assembléia Legislativa sobre o Projeto de Lei nº 1.585, de autoria do Governador do Estado, que trata exatamente da legislação tributária. Já, por duas vezes, tivemos oportunidade de participar de duas audiências públicas: a primeira, de duas Comissões, a de Turismo e a de Defesa do Consumidor; a segunda, da Comissão de Política Agropecuária, que também debateu sobre o tema e se realizou hoje, pela manhã, a qual contou com a presença do Deputado Padre João e de vários Deputados.

Na primeira audiência pública, a presença foi especialmente de pessoas do setor da indústria, além da de vários setores que reivindicaram a redução do imposto, como, por exemplo, na área do transporte escolar, a redução do ICMS para aquisição de veículos novos, e o setor têxtil, que se manifestou.

Hoje, a audiência pública tratou da política agrícola, do setor produtivo agrícola, tanto do ponto de vista do pequeno agricultor, da agricultura familiar, como dos médios e grandes produtores.

Primeiramente, queria registrar aqui uma abordagem geral sobre o projeto. Estamos trabalhando um projeto que é autorizador, não é efetivamente uma lei. Na verdade, pela proposta, a Assembléia estaria delegando ao próprio governo - e depois faria um decreto, em que regulamentaria - as alíquotas propostas aqui e as suas reduções. Para a redução, é autorizador; para o acréscimo, na verdade, não é autorizador, fixa a alíquota para o aumento do imposto. Esse é um eixo que precisamos debater.

A Assembléia tem de cumprir o papel de ter aqui uma lei. Essas alíquotas precisam ser fixadas para que não haja nenhuma distorção, para que não haja benefício especial a nenhum setor e que, efetivamente, tenhamos conhecimento daquilo que o governo do Estado vai fazer.



A segunda questão que gostaria de abordar a respeito do projeto é que uma lei tributária tem de cuidar de todo o setor produtivo do Estado, cuidar da promoção do desenvolvimento de Minas Gerais, e não apenas cuidar de trabalhar uma política que dê resposta à guerra fiscal no País, especialmente em relação a São Paulo ou outras regiões economicamente mais desenvolvidas ou que têm setores industriais, e até mesmo comerciais, ou outras políticas que disputam o mercado nacional ou internacional.

A política tributária tem de ter o rosto dos setores produtivos de Minas Gerais. Com a redução de impostos, haverá promoção de desenvolvimento, geração de emprego, distribuição de riquezas e melhora da vida do conjunto da população. Essa redução deve, efetivamente, atingir o consumidor no cotidiano da sua vida.

Mas esse projeto traz também muitas dúvidas. Temos o receio de que essa redução de alíquotas atinja o consumidor, seja aquele que vai utilizar o álcool na bomba do posto, seja os pequenos agricultores na produção de seus produtos agregando valor, seja na produção do leite. Para a redução de valores, precisamos ter uma tributação que chegue aos consumidores e à população de Minas Gerais. A lei deixa dúvidas quanto a isso, porque ela, na verdade, trabalha em termos de redução de alíquota para os setores intermediários da cadeia produtiva. Essa é mais uma questão que eu gostaria de abordar. Queremos que a redução de ICMS possa contribuir com a indústria e que, nessa linha de promoção do desenvolvimento, de geração de emprego e renda, de distribuição de renda e de distribuição das riquezas, todo o conjunto das pessoas que moram em Minas Gerais possa beneficiar-se.

Queria registrar que, nesse projeto, há um valor previsto de redução de impostos da ordem de R\$74.000.000,00, valor que será compensado pelo aumento de alíquotas em alguns setores, como o da comunicação.

Queremos deixar registrado que esse projeto não deveria beneficiar apenas a cadeia produtiva intermediária, mas deveria chegar também ao consumidor.

Estamos aliados à proposta de beneficiar o setor agrícola, aqueles pequenos, médios e grandes produtores que, de fato, precisam de um estímulo para produzir no campo. Que as pessoas possam permanecer ali, mas com políticas públicas que lhes garantam direitos sociais, especialmente à juventude, aos filhos das famílias, que precisam ter a oportunidade de exercer a política agrícola, agregar valor aos produtos da agricultura e, efetivamente, ter um mercado que venha comprar os produtos do setor agrícola.

Quero também, Deputado Carlin Moura, discutir um tema que está muito relacionado com esse projeto. Todas as audiências públicas apresentaram a proposta da importância da redução de ICMS na energia elétrica. A discussão foi feita essencialmente na indústria, e hoje o setor agrícola também fez essa reivindicação, especialmente nos processos de irrigação e outros de pequenas agroindústrias.

Quero trazer aqui uma reivindicação. Esse debate já foi travado nesta Assembléia Legislativa há alguns anos, fruto também da ação dos Reitores e Reitoras das universidades públicas de Minas Gerais, já apresentadas ao Governador Aécio Neves antes da sua reeleição. Além da redução de ICMS para a indústria, a agricultura, e outros setores que serão beneficiados, reivindicamos que haja também a redução de energia elétrica para os consumidores e para a educação. Como podemos ter regime especial de tributação para uma empresa num Município de Minas Gerais e não tê-lo para os setores de várias indústrias ou empresas? Fazemos um apelo ao Deputado Jayro Lessa, que será o relator do Projeto de Lei nº 1.585, sobre a legislação tributária, para que possa acolher uma emenda que não é apenas nossa mas de toda a sociedade de Minas Gerais.

É uma emenda de todas as universidades públicas, abrindo espaços e caminhos para que tenhamos oportunidades de vagas nas nossas universidades para a juventude. Uma redução, Deputado Padre João, de 18% para 6% no ICMS da energia elétrica para as nossas universidades, somando-se às iniciativas da população, ao projeto de lei de iniciativa popular denominado Dom Luciano Mendes, que também solicita a redução da tarifa de energia elétrica para os consumidores, para a população mais pobre do nosso Estado. E somando-se também a esta proposta a reivindicação das nossas universidades públicas, que poderão e irão abrir, a partir do próximo ano, a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni -, vagas, especialmente no horário noturno, para que tenhamos mais oportunidades para o ensino, o conhecimento, a pesquisa, enfim, para a nossa juventude em Minas Gerais. Considero essa uma contrapartida muito importante para Minas.

Estou vendo aqui o Deputado Almir Paraca na sua luta, assim como nós, para levar o Cefet a Governador Valadares. O ensino médio é de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, assim como o ensino profissionalizante, que foi deixado para trás ao longo de muitos anos. Agora, o Presidente Lula tem recuperado o ensino médio, o ensino técnico, o ensino profissionalizante para as regiões de Minas, para promover o desenvolvimento, oferecendo cursos de acordo com a vocação de cada região, que seriam, muitas vezes, de responsabilidade do Estado de Minas Gerais. É uma contrapartida. O governo federal, além de investir no Fundeb, de aumentar os recursos para a educação de Minas, também contribui para os 12 Cefets que serão construídos em diversas regiões, prometendo reduzir as desigualdades regionais através do conhecimento, do ensino profissionalizante e do ensino técnico, que é também de responsabilidade do governo do Estado. Por que não ter uma redução, uma contrapartida também em relação às universidades públicas, que, a princípio, seriam de responsabilidade do governo federal, mas com uma contrapartida do Estado de Minas Gerais?

É assim que superamos o discurso do pacto federativo, de políticas que sejam implementadas sob a responsabilidade dos Municípios, do governo do Estado, do governo do Presidente Lula, de maneira compartilhada, porque Minas, o Estado que mais arrecada e que mais cresce no Brasil, efetivamente precisará da educação para impulsionar um processo de desenvolvimento e de crescimento do País. Já estamos sentindo, em muitas cidades do Estado, a necessidade de profissionais em muitas áreas, para já cumprir e dar as condições ao País e ao Estado, que crescem.

Temos também de investir no conhecimento. O presente e o futuro de Minas, assim como o futuro do Brasil, passam não somente por modelo exportador, dentro do que temos para oferecer ao mundo, mas também, especialmente, para fazer as pessoas crescerem, desenvolverem as suas potencialidades, principalmente pelo conhecimento e pela cidadania, que podem ser gerados por um processo de educação de qualidade, participativa e integradora das diversas potencialidades do ser humano e das políticas do Estado de Minas Gerais.

Venho aqui reforçar junto a todos os Deputados o pedido para que nos apoiem nessa emenda. Tenho conversado com a Comissão de Fiscalização Financeira. E quero fazer uma reivindicação: foi aprovado nessa Comissão que todos os seus membros, toda a sua equipe participaria das reuniões e dos debates relacionados com o projeto da lei tributária. Estamos sabendo que as reuniões estão ocorrendo, e parte da Comissão não foi chamada para debater as emendas que estão sendo apresentadas pelo conjunto dos Deputados desta Assembléia Legislativa. Não estou apenas defendendo uma emenda de minha autoria, mas diversas emendas estão sendo apresentadas pelos Deputados e pelas Deputadas, e merecem uma atenção especial, não somente da Comissão de Fiscalização Financeira, mas também do próprio governo e da Secretaria de Fazenda.

Gostaria de registrar aqui, mais uma vez, que estamos defendendo uma política de educação mais integrada em Minas Gerais, e é preciso que, de fato, neste momento em que Minas cresce, haja uma redução do ICMS da energia para as nossas universidades. Isso significa a inclusão social de nossa juventude no conhecimento e nas possibilidades de escolhas melhores para o mercado de trabalho e a sua própria profissão. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, nesta quarta-feira, dia 31 de outubro, completam-se 490 anos da Reforma Protestante, reforma do Pe. Martinho Lutero. Lutero nasceu em 1483, em Eisleben, na Alemanha. Seu pai era de origem camponesa, trabalhava nas minas e foi extremamente severo na sua criação. Pouco antes de completar 22 anos, ingressou no Mosteiro Agostinho de Erfurt, contrariando os anseios de seu pai, que almejava para Martinho Lutero a carreira de advogado. A decisão de ir para o mosteiro causou grande indignação em seu pai, que demorou muito tempo para perdoar-lhe.

Lutero tinha grande interesse por um tema que, de alguma forma, era permanente em sua mente, nas suas reflexões: o da salvação. Esse tema levantou grande debates e discussões históricas entre muitos dos nossos religiosos e estudiosos da palavra de Deus e também tomou conta do seu pensamento, sem dúvida permeava o ambiente da época em que ele viveu, ele que se esforçou muito para ser um monge perfeito. Aprendeu com os mestres a castigar o seu corpo e sempre se socorria do confessor, pois se preocupava em confessar cada pecado cometido.

Revelou-se uma pessoa relativamente reservada e dedicada aos seus estudos e à sua luta espiritual. Após um bom tempo de estudo, formulou suas 95 teses, as quais atacavam veementemente os princípios fundamentais da teologia da Igreja naquela época.

Em 31/10/1517, véspera da Festa de Todos os Santos, afixou suas 95 teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg. Foram escritas em latim, mas logo traduzidas para o alemão e distribuídas por toda a Alemanha. Esse fato marcou o início da Reforma Protestante.

Como decorrência dessa atitude, Lutero passou por momentos difíceis em sua vida. O Papa Leão X o perseguiu, ordenando que seus livros fossem queimados e determinando um prazo de 60 dias para que se submetesse à autoridade romana, sob o risco de ser excomungado. Quando a bula papal chegou a suas mãos, ele a queimou, rompendo definitivamente com Roma. Levado diante do Imperador e de vários outros personagens do Império, confirmou diante de todos tudo o que havia escrito. E, ao ser coagido a se retratar por tudo o que havia publicado, ele não hesitou em afirmar: "Não posso nem quero retratar-me de coisa alguma, pois ir contra a consciência não é justo nem seguro. Deus me ajude. Amém."

Relendo e repensando as 95 teses de Martinho Lutero, vejo que, sem dúvida, algumas são impressionantes. Elas retratam, é claro, um momento, uma época, mas algumas coisas do pai da Reforma Protestante são muito vivas até hoje. Escolheria pelo menos 3 teses fundamentais das 95 defendidas por Martinho Lutero.

A primeira: o livre sacerdócio do salvo. Todos os que um dia entregamos o nosso coração a Jesus e passamos a segui-Lo, Martinho Lutero defendeu, e a própria palavra de Deus defende que todos somos sacerdotes desse Deus. Temos a possibilidade, o acesso para adorá-Lo, reverenciá-Lo e buscá-Lo. Essa é uma tese fundamental para a minha vida e para a de tantos, a qual Martinho Lutero defendeu. Refiro-me a esse acesso por meio do qual o escritor aos hebreus disse que deveríamos entrar, confiada e ousadamente, nos santos dos santos, pelo vivo e novo caminho: Jesus Cristo. Ele já havia dito, no Evangelho de João, Capítulo 14, Versículo 6, que era o caminho, a verdade e a vida, que era o caminho para que pudéssemos chegar ao Pai. Essa tese do livre sacerdócio do salvo é importante para a minha vida e para a de tantos que amam ao Senhor e que têm esse acesso para adorá-Lo.

A segunda tese é também muito fundamental e me alegra muito hoje. Sou do tempo, Deputados Durval Ângelo e Padre João, de ver muito poucas pessoas carregando a Bíblia, em Belo Horizonte, especialmente nos domingos. Há 30 anos, converti-me, entreguei o meu coração para Jesus e passei a ser um seguidor de Jesus e leitor da Sua palavra. Hoje é impressionante vermos tantas pessoas carregando suas Bíblias e indo às diversas igrejas, batistas, católicas, presbiterianas, metodistas e assembleias de Deus. O livre exame das Escrituras é uma tese muito importante defendida por Martinho Lutero.

É fundamental termos essa palavra de Deus, guardada milagrosamente, durante tanto tempo, a fim de que tenhamos a oportunidade de nela meditar e conhecê-la. Lembro-me do meu professor na faculdade de História. A primeira orientação que nos deu era para que cada aluno dele tivesse uma Bíblia, a fim de conhecermos e buscarmos nela a história. Assim o livre exame das Escrituras é uma tese fundamental. Foi importante para podermos ler essa palavra e conhecermos a história do povo hebreu, o monoteísmo ético daquele povo, o apóstolo Paulo, por meio de suas diversas cartas, o amor do apóstolo João, nas suas cartas às suas igrejas, a luta e o entusiasmo do sanguíneo apóstolo Pedro, na defesa do Evangelho e da palavra de Deus.

Se eu tivesse o direito de escolher entre as teses, escolheria a terceira, que diz que a salvação é pela graça. Essa é muito importante.

Quando Jesus foi crucificado, quando deu sua vida, Ele fez tudo por nós. Martinho Lutero defende que a salvação é pela graça, a salvação é em virtude daquilo que Jesus fez, a salvação é para todos, independentemente da conta bancária, das ações na Bolsa, do nome da família e da religião. Independentemente de qualquer coisa, Jesus morreu por todos e deu oportunidade de salvação para todos.

Recorro à "Carta do Apóstolo Paulo", Pastor Vanderlei Miranda, "à Igreja de Éfeso": "(...) Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; não de obras, para que ninguém se glorie. É dom de Deus". Independe das obras, do esforço, pois Jesus fez tudo.

Eu me emociono diante de uma das teses de Martinho Lutero, tão importante para nossa vida.

Com prazer, concedo aparte ao Pastor e Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Companheiro Deputado João Leite, V. Exa. traz à lembrança de todos deste Plenário e desta Casa, assim como à daqueles que acompanham a programação da TV Assembléia, esse importante marco da história cristã e essa referência que foi Martinho Lutero, que, podemos dizer, foi um divisor de águas na história cristã, uma vez que, em seu tempo, percebeu que alguma coisa precisava ser feita e, com isso, trouxe-nos o que chamamos de Reforma Protestante.

Vivemos um tempo delicado da história cristã. Particularmente, tenho dito que precisamos de um novo Martinho Lutero. Necessitamos de um "re-reformador" da visão cristã genuína, do Evangelho, como bem foi dito por V. Exa., conforme a Carta do Apóstolo Paulo a respeito da salvação. O acesso à graça só é possível mediante abertura sincera do coração do homem, ou seja, não há na terra nenhuma referência de valor capaz de se comparar àquilo que Jesus Cristo, na cruz do calvário, trouxe a nós, aos que cremos no Evangelho e que professamos a fé cristã.

Falando do Evangelho no Brasil, a presença evangélica cristã aqui é história muito recente, com menos de dois séculos; todavia, é uma presença que, com certeza, tem mudado a história deste país. Num primeiro momento, fomos muito perseguidos. Ainda há o que chamo de inquisição branca, com todo o respeito, mas já avançamos muito. Representamos hoje um percentual significativo nesta Nação.

Há cerca de 10 anos, ouvia uma senhora, que não era evangélica, por meio de uma rádio muito importante do Brasil, que disse algo que muito me marcou. Ela dizia: "Não dá para se decidir mais neste país excluindo os evangélicos". Essa é uma prova da presença forte da fé evangélica no Brasil, fé essa que dividimos com outros irmãos e que concorda, em muito - cerca 99% - com boa parte da profissão de fé cristã do nosso

país.

Essa presença tem dado sua contribuição e mudado o destino de gerações. Parabéns a V. Exa.

O Deputado João Leite - Obrigado. Quero ouvir o Deputado Durval Ângelo, que traz consigo uma grande história, após formar tantos religiosos. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)\* - Amigo Deputado João Leite, que bom que esse tema dos 400 anos do início da Reforma seja trazido a este Plenário por você. Penso que se trata de uma voz de autoridade, de uma vivência muito forte que é essa sua experiência cristã.

Do ponto de vista econômico, político e histórico, não gostaria de falar sobre esse tema, porque sabemos que a Reforma foi fundamental, decisiva para a história da humanidade. Penso que se quebraram blocos monolíticos muito fortes. O século XVI marca uma mudança fundamental, com Lutero, na história da humanidade.

Gostaria de abordar, do ponto de vista teológico, como é bom que vimos e acompanhamos, em Lutero, que o Espírito Santo continua agindo na história humana e nas pessoas. Ele vem resgatando o profetismo que havia sido perdido na Igreja, resgatando a mediação dos pobres, resgatando a simplicidade e a idéia de povo de Deus. Porque parecia, naqueles anos sombrios do início do século XVI, que o povo de Deus se identificava com a hierarquia, com aquela hierarquia corrupta comprometida com o poder. Do ponto de vista teológico, Martinho Lutero seria uma demonstração da presença viva do Espírito agindo na história humana.

Para mim, somos um só povo. Realizamos, pela prática, pelo nosso ideal, aquilo que era o sonho do Apóstolo João, ou seja, que todos sejam um: um só povo e um só rebanho. Esse sinal de unidade é seguirmos o que é fundamental no testamento de Jesus, a Parábola do Bom Samaritano. O que nos une hoje, e mais do que nunca, são as pessoas caídas pelas estradas de Belo Horizonte, pelas estradas de Contagem, de Betim, de Minas Gerais, do Brasil, pelas estradas da história. E nos vai ser cobrado o comportamento que tivermos diante da dor dessas pessoas, diante de suas feridas e diante de seu sofrimento, muitas vezes subtraídos por sistemas opressores, por mecanismos de negação de direitos humanos.

Então é bom trazermos isso, porque Martinho Lutero, como ninguém, soube viver essa Parábola do Bom Samaritano. Para nós, a nossa unidade é seguirmos esse testamento fundamental, o testamento do próximo, daquele que está sofrendo pelas beiradas do caminho.

Parabéns! É importante que esse discurso seja feito aqui, hoje, e que seja feito por você.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Durval Ângelo, pela contribuição; e agradeço também ao Deputado Vanderlei.

Meu tempo está encerrado, mas gostaria de terminar fazendo uma referência à presença da Escolinha de Futebol Filho do Vento, do Euler. Jovens atletas aqui estão, numa visita a esta Assembléia Legislativa de Minas Gerais, mostrando o interesse pelo trabalho do Parlamento. Vocês são muito bem-vindos, e creio que posso falar em nome de todos os Deputados. O nosso Presidente José Henrique também fará referência a essa presença. Desculpe-me ter extrapolado o meu tempo.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, gostaria de fazer uma saudação ao povo do nosso Estado, nas pessoas dos jovens que aqui nos estão visitando, jovens atletas, futuro do nosso país. Certamente eles aqui estão, no Poder Legislativo, para conhecer e se inteirar um pouco mais deste Poder. Parabéns! É assim que se constrói uma cidadania, um país, com a participação da juventude, principalmente de vocês.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar um pouquinho sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - na nossa região. Antes, porém, farei duas congratulações nesta tarde.

A primeira delas é com o Governador Aécio Neves, na pessoa do Cel. Lucas, da Coordenadoria de Defesa Civil - Cedec -, pelo trabalho que vem desenvolvendo no Norte de Minas, em parte do Noroeste e no Jequitinhonha, em relação ao combate à seca. Todos nós sabemos que o Norte de Minas vive a pior seca dos últimos 40 anos. Se aqui, em Belo Horizonte, estamos sofrendo com esse calor insuportável, com a baixa umidade do ar, com dificuldade até para respirar, imaginem no Norte! Deputado Doutor Rinaldo, há 180 dias, seis meses, não contamos com a graça de Deus de mandar chuva para a região. O Cel. Lucas mudou-se praticamente para lá, está em constante contato com os Prefeitos e as lideranças, fornecendo água, que infelizmente é transportada por caminhões-pipa, através de ações do governo, do Exército Brasileiro. Nem por isso a população está deixando de ser assistida.

Quando conversamos com o Cel. Lucas, sentimos o seu sofrimento, as dificuldades que enfrenta para atender ao Norte de Minas. Portanto ficam registrados nossos agradecimentos, nossas congratulações com o Cel. Lucas, pelo trabalho que está fazendo na nossa região.

Sr. Presidente, na semana passada, propusemos a criação da comissão especial da seca, e voltamos a insistir, pedir a V. Exa. que agilize a publicação do requerimento, para que possamos ir oficialmente a Brasília conversar com o Ministro da Integração Nacional, os Deputados Federais, o Secretário Nacional de Defesa Civil. Dessa forma, poderemos dar continuidade a esse trabalho.

A imprensa está atenta. Falava há pouco com uma jovem repórter do "Estado de Minas". Por meio do repórter Luís Ribeiro, praticamente toda semana está sendo denunciado o que acontece na região. Portanto os jornais "Hoje em Dia", "Estado de Minas" e "O Tempo" estão constantemente chamando a atenção das autoridades para o que está acontecendo. E o Cel. Lucas é um amigo, um companheiro firme que está nos ajudando.

A outra congratulação é com o nosso companheiro Dr. Paulo Bregunce, Presidente da Ruralminas, órgão que completa 40 anos neste ano. Queremos cumprimentá-lo pela presença constante, pelo trabalho que a Ruralminas tem feito no Jalba, reformando e reconstruindo as estradas vicinais.

O tema principal que nos traz à tribuna hoje é o PPAG, de maneira muito específica, na região do Norte de Minas. Provavelmente, no dia 20 de novembro, estaremos reunidos com a Secretaria de Planejamento em Montes Claros, através de uma audiência pública desta Casa, acertada com o nosso Presidente Alberto Pinto Coelho. Contaremos com a presença de vários Secretários, várias autoridades, para traçarmos um perfil em longo prazo das ações do governo na nossa região.

Talvez, se tivéssemos marcado essa reunião antes de o Governador Aécio Neves assumir o governo do Estado, isso fosse praticamente

impossível, porque a região não tinha energia elétrica. Aliás, não se fala em desenvolvimento sem energia elétrica. Além do mais, as nossas estradas não eram pavimentadas, isso impossibilitava qualquer tipo de ação governamental. Mas hoje já estamos vendo a presença forte do governo do Estado, no que diz respeito ao Pró-Acesso, ao asfaltamento e à pavimentação das nossas estradas, muitas delas já construídas, algumas em andamento e outras que terão início a partir de novembro deste ano e também no ano que vem.

Hoje a nossa região está preparada para programar o seu desenvolvimento. É chegada a hora de nos sentarmos com os nossos Prefeitos, com as nossas autoridades e lideranças, Deputados, Senadores e Governador, e começarmos a pensar efetivamente no plano de desenvolvimento do Norte de Minas e, de maneira muito especial, da cidade de Montes Claros.

Enumeramos alguns tópicos para serem discutidos no próximo dia 20 de novembro, tópicos essenciais para se pensar em desenvolvimento e em progresso para o Norte de Minas. Muitas pessoas não conhecem a realidade da nossa região. Ainda há pouco eu falava da seca, que dificulta muito esse trabalho, mas trata-se de uma região que tem um potencial muito grande e que, portanto, precisa das ações do governo, da presença efetiva do governo. Antigamente, entrava e saía governo e isso nunca acontecia. Criaram-se as comissões demagógicas, as caravanas demagógicas para o Norte e Jequitinhonha. Os candidatos chegavam ao Jaíba e prometiam fazer e acontecer, mas nada de bom acontecia.

O Governador Aécio Neves tem demonstrado, na prática, que o seu governo entende a potencialidade do Norte de Minas e, mais ainda, entende que é necessária uma ação forte do governo dentro da nossa região.

A Barragem de Irapé sanou, definitivamente, a falta de energia elétrica. Também ganhamos com o Pró-Acesso e com as ações do governo nas áreas da educação e da saúde, no entanto ainda é preciso discutirmos alguns tópicos específicos a fim de promovermos esse desenvolvimento para a nossa região. O primeiro deles diz respeito à construção das barragens.

Meu caríssimo Deputado Carlin Moura, na nossa região existem 38 barragens projetadas para o Norte de Minas, sendo 26 na Codevasf e 12 no DNOCS. Essas barragens foram projetadas há mais de 20 anos, então os projetos ficaram caducos e obsoletos, motivo pelo qual muitos deles foram refeitos por três e até quatro vezes. Esses projetos estão constantemente em processo de aperfeiçoamento.

A seca existe, é verdade, mas também há muita chuva num curto período. O problema lá é esse, a chuva ocorre em novembro, em dezembro e em janeiro. A partir daí não temos mais chuva. Se as chuvas que caem nesses três ou quatro meses forem barradas, armazenadas, elas serão mais que suficientes para promover o desenvolvimento da nossa região. Além do mais, temos as melhores e mais férteis terras de Minas Gerais e uma população vocacionada para trabalhar a terra. Dessa forma, se tivermos as nossas barragens, não mais vamos ter problema de geração de emprego e renda, pois projetos produtivos virão, como, por exemplo, projetos de irrigação e de turismo. Esse é um ponto fundamental. Aliás, já existe uma ação programada para o mês de novembro, ou seja, uma reunião em Brasília com os Deputados Federais e com o nosso Vice-Presidente, que foi operado ontem, mas, graças a Deus, está passando bem.

Dentro das ações para a construção das nossas barragens, vamos empreender uma forte ação mostrando que é exatamente aí que está o filão, o caminho que temos de percorrer para desenvolver o Norte de Minas.

Outro ponto é a questão da Sudene, que foi recriada no governo Lula e na qual temos muita fé. Quem conheceu o Norte de Minas antes e depois da Sudene pode avaliar sua importância na região. Queremos que a Sudene saia do papel e o governo regulamente o projeto que a recriou, e que ela traga novamente os programas e recursos de investimento para nossa região.

Dentro desse projeto de geração de emprego e renda, temos a única usina de biodiesel da metade do País para baixo, mas que também foi criada de forma apressada e não calculada. Ela ficará pronta em dezembro, mas não temos o substrato - a mamona, o pinhão-manso e o girassol - para produzir o óleo na formação do biodiesel. Vamos discutir, dentro do PPAG, esse programa mineiro de biodiesel. O etanol ficou com o Triângulo Mineiro, e o biodiesel com o Norte de Minas.

Vamos, também, levar um grande pleito de Montes Claros, que é a criação do porto seco, local de exportação da nossa produção. Só a Novo Nordisk, maior produtora de insulina do mundo, está em Montes Claros, e agora está sendo expandida para criar a caneta de pressão para administrar a insulina e o refil de insulina, que seriam criados na China. Só essa empresa justificaria a criação de um porto seco em Montes Claros. Mas eles estão transportando a insulina para São Paulo, de onde é exportada, com risco de perda pelas estradas esburacadas. Esse porto seco é fundamental para promover o desenvolvimento, o progresso e a geração de emprego e renda em Montes Claros e no Norte de Minas.

Temos a maior reserva de gás natural do País, localizada na Bacia do Rio São Francisco, maior do que a reserva da Bolívia. A Petrobras e o governo federal sabem disso, e é preciso fazer a prospecção desse gás natural, a medição dessa bacia de gás e a análise da viabilidade econômica de se explorá-la. Essa reserva está lá, na região de São Romão e de São Francisco. É a maior reserva de gás natural.

Por fim, temos a reserva de ferro na região de Rio Pardo de Minas e Taiobeiras. Essa reserva de ferro é a metade da reserva do Quadrilátero Ferrífero da região metropolitana. Vejam que riqueza temos. Temos tudo para nos desenvolver e crescer: uma região cujas reservas ambientais são as maiores do Estado; um povo preparado; e a segunda melhor universidade do País, a Unimontes, formadora de mão-de-obra especializada.

A partir do dia 20 de novembro, quando formos discutir o PPAG, nós o faremos em nossa região para mostrar toda essa potencialidade que temos e começar a traçar um programa de descobrimento do Norte de Minas e exploração dessa grande reserva e potencial econômico que temos. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia. Ocupamos a tribuna desta Casa na semana passada para falar da impunidade e de como o seu efeito é avassalador para a sociedade; o clima de impunidade repercute em todo o seu conjunto. E trago, nesta tarde, uma denúncia gravíssima sobre o que está ocorrendo no Sul de Minas, envolvendo a Prefeitura do Município de Ilícinea.

Falando de Ilícinea, Presidente, constata-se ali um fato incomum: é o mesmo Município em que o Presidente da Câmara, que era motorista e Vereador, estuprou uma criança de 12 anos. Ele já foi condenado, na Comarca de Boa Esperança, a seis anos de reclusão, no regime semi-aberto. Agora, estamos aguardando que o Tribunal de Justiça se manifeste o mais rapidamente possível, porque ele continua livre e presidindo a Câmara Municipal de Ilícinea. Essa cidade, então, tem uma situação "sui generis", eu diria, do ponto de vista da ética e da moralidade públicas, indo contra tudo aquilo que norteia, de forma legítima, a coisa pública.

Mas o Prefeito, Sílvio Ribeiro de Lima, recebeu, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -, 24t de arroz em casca, que deveriam ter sido doadas para as igrejas, os hospitais, as famílias carentes e as associações de bairro da periferia. Mas, pasmem, senhores e senhoras, com o que o Prefeito fez com esse alimento recebido da Conab: destinou-o para dois de seus assessores - por incrível que pareça,

Padre João -, que estavam vendendo o arroz e trocando-o por outra mercadoria!

Como podemos vir a esta tribuna fazer uma acusação tão séria, que envolve a Prefeitura de Ilícinea, no Sul de Minas? Em primeiro lugar, temos aqui o termo de declaração do Vereador Adilson Pires Ferreira, que, no dia 19 de outubro, esteve no Ministério Público Federal, que, já que a Conab é um órgão do governo federal, é o representante competente para dar seqüência a isso. Aliada a esse depoimento do termo de declaração, temos a Ocorrência Policial nº 1.101, em que o Cb. Hipólito, de forma muito inteligente, eu diria, e precavida, solicita ao Sr. Carlos Eduardo Vieira Gonçalves, Juiz da Comarca de Boa Esperança, à qual ele está subordinado, um mandado de busca e apreensão, no que foi prontamente atendido pelo magistrado. Na residência das pessoas aqui mencionadas - os funcionários da Prefeitura -, para onde o Prefeito determinou que fosse o material - nesse ato, em tese, já estaria praticado o crime de apropriação indébita -, eles estavam, o que é pior, ensacando o arroz, vendendo-o ou trocando-o por outras mercadorias de seu interesse. O mandado de busca e apreensão foi cumprido fielmente pelo destacamento da Polícia Militar na cidade de Ilícinea, e o material, logo apreendido, foi destinado a uma pessoa como depositária fiel. É um absurdo que uma Prefeitura tenha à frente um Prefeito que, com seu secretariado, receba em donativo um alimento para matar a fome de tantas pessoas do Município - um Município que certamente tem sua área rural, sua pobreza, creches, asilos e mesmo a igreja, que também receberia parte desse arroz em casca -, e não o faça.

Já falei aqui da impunidade em relação aos menores infratores. É isso o que está campeando o País: a impunidade abre uma lacuna na sociedade para o cometimento de novos crimes. Mas considero que crimes como esse são de lesa-pátria. Aquele que é servidor público, agente político, detentor de mandatos ou de cargos públicos não pode nem poderia, em momento algum, praticar uma barbárie como essa.

Portanto o Prefeito Sílvio Ribeiro de Lima, do Município de Ilícinea, desviou, de forma criminosa, 24t de arroz recebidas para serem distribuídas para a população carente, para a casa de dois de seus funcionários, que estavam ensacando o arroz e vendendo-o ou trocando-o por outras mercadorias.

Deputados Carlin Moura e Antônio Júlio, as mercadorias, os objetos que foram trocados pelo arroz - consta no boletim de ocorrência - foram apreendidos na casa do Sr. Marlon. Ele também teria trocado sacas de arroz por fogão. Esse fogão foi apreendido na casa de outro cidadão que recebeu o arroz como moeda de troca.

Sr. Presidente, é um absurdo termos de relatar uma denúncia tão grave, mas estamos aqui exatamente para vigiar, denunciar e cobrar do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual que pessoas como essas não exerçam cargo público.

Pasmem, Deputado João Leite, Deputadas e Deputados e os telespectadores que nos assistem, além de não destinar o arroz ao objetivo para o qual havia sido doado, o Prefeito ainda teve a ousadia, a cara-de-pau de chamar o Cb. Hipólito ao seu gabinete quando este foi ao posto de gasolina abastecer a viatura do destacamento!

O Cabo foi avisado pelo frentista de que a Prefeitura havia cortado o combustível cedido por meio de convênio firmado entre a Prefeitura e a Polícia Militar. O Cb. Hipólito, ao chegar ao gabinete do Prefeito, recebeu a informação do Chefe de Gabinete de que o Prefeito já o estava aguardando para uma conversa séria. Isso está descrito no relatório muito bem-elaborado, encaminhado por ele aos seus superiores. O Prefeito tentou coagir o Cabo da Polícia Militar a alterar o boletim de ocorrência. Esse é mais um crime praticado pelo Prefeito, de forma escancarada, sem temer nenhum tipo de punição por parte da legislação, da Justiça.

O nosso entendimento é que esse assunto deve ser apurado com o mais alto rigor. O Cabo foi chamado ao gabinete do Prefeito, que lhe disse que, se não alterasse o boletim de ocorrência da forma como ele queria, pediria a sua saída e a do Soldado que compunha a guarnição da radiopatrulha no dia em foi feita a apreensão das sacas de arroz.

É um absurdo que isso ainda ocorra em nosso imenso Brasil, em nosso Estado de Minas Gerais e aqui tão perto, a cerca de duas horas e meia, na cidade de Ilícinea, que é pequena, pacata, cuja população é ordeira. Esperávamos que o Prefeito tivesse um pouco mais de respeito à população e ao cargo que exerce. A Constituição da República é clara, a administração pública é norteada por alguns princípios dos quais não nos devemos afastar. O primeiro princípio se refere à legalidade dos nossos atos. Seria importantíssimo que ele tivesse um momento de lucidez para não cometer tamanha barbárie: desviar 24t de arroz, recebidas da Conab, para a casa de seus funcionários.

Deputado João Leite, e o pior: ele emprestou o veículo oficial do Município para o Sr. Mauro Batista de Lima, seu assessor, conhecido como "Marlon", para viajar com a esposa a Taubaté, no interior de São Paulo, fugindo assim do flagrante delito, para que o seu nome não aparecesse. Esse Mauro é servidor de confiança da Prefeitura.

O Município de Ilícinea vive um momento, como eu disse, "sui generis", mas no sentido maléfico. O Presidente da Câmara foi denunciado e condenado em primeira instância a seis anos, em regime semi-aberto, pelo crime de estupro. Aliás, V. Exa. foi um dos Deputados que nos apoiaram e fez uma intervenção nesta tribuna solicitando que o Vereador fosse cassado.

É esse Vereador que conduz com mão de ferro a Câmara Municipal de Ilícinea, não permitindo que seja aberto nenhum tipo de pedido de cassação e de procedimento administrativo contra a sua pessoa, porque ele é Presidente. E os demais Vereadores não conseguem aprovar um requerimento para instalar uma CPI ou um processo administrativo de cassação do mandato do Presidente.

Temos, na Câmara, um Vereador que foi acusado e já condenado em primeira instância pelo crime de estupro contra uma criança de 12 anos. Ele era Vereador e motorista da Prefeitura, para levar as crianças às escolas na zona rural. Enquanto isso, aliciava menores e praticou esse crime nojento e inescrupuloso contra uma criança de 12 anos. Do outro lado, o Prefeito desviava criminosamente, para seus funcionários, mercadorias doadas pela Conab. Ao final, ainda tentou coagir o Cabo da Polícia Militar para que alterasse o boletim de ocorrência. O Cabo disse: "Prefeito, não posso fazer isso, pois esse documento tem fé pública. Esse documento norteará todas as ações do Ministério Público e do Poder Judiciário, portanto não poderei fazê-lo". Ele respondeu: "Bom, Cabo, se você não pode fazer, não poderá permanecer nesta cidade como comandante do destacamento. Vamos procurar o Comando da Polícia Militar e pedir a sua retirada, vamos pedir a troca do comando do destacamento".

Pois é, Deputado João Leite, infelizmente pessoas inescrupulosas como esse Prefeito, uma vez que não têm condições de convencer pela legalidade, passam a fazer ameaças. Quero deixar um recado ao Prefeito, de forma muito clara: antes que troquem o Cabo da Polícia Militar, é bom que saibam que temos de trocar o Prefeito, porque Prefeito que desvia alimentos destinados a crianças carentes, hospitais, asilos, igreja, comete um crime de lesa-pátria. Portanto ele deve ser cassado imediatamente e ter os seus funcionários demitidos, porque, para isso, não descansaremos. Cobraremos do Ministério Público, da Conab, do Judiciário, mas esse moço não pode continuar governando um Município, pois contrariou os princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da transparência, os princípios norteadores previstos no art. 37 da Constituição da República.

Presidente, agradeço a V. Exa. a paciência, mas esse era um assunto da mais alta relevância.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública da Assembléia acompanha essa situação?

O Deputado Sargento Rodrigues - Deputado João Leite, a Comissão de Segurança Pública da Assembléia ainda não se manifestou oficialmente, porque estava aguardando o uso da tribuna nesta Casa, para acompanharmos. Acompanharemos, aliás, para que o Cabo da Polícia Militar que agiu como um verdadeiro servidor público deve agir, como cidadão, no exercício da cidadania, da democracia, com respeito à população, seja condecorado, e não afastado. O Prefeito é que deve ser cassado. Daremos todo o apoio ao Cabo da Polícia Militar, que teve a coragem de exercer, em nome da população, aquilo que o Prefeito deveria ter feito, e não o fez. Portanto parabéns à Polícia Militar, ao Cb. Hipólito, ao Sd. Vaneli, que participaram da ocorrência, ao Juiz que expediu mandado de busca e apreensão no tempo certo e aos que contribuíram para que possamos fazer justiça e, quem sabe?, cassar esse Prefeito o mais rápido possível, por meio do Ministério Público, com a denúncia que certamente será apresentada. Muito obrigado, Presidente.

O Deputado Padre João\*- Deputado João Leite, que preside esta reunião plenária, receba nossa saudação, assim como também os Deputados, o público das galerias e da TV Assembléia. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado João Leite por seu pronunciamento reverenciando o teólogo Martinho Lutero e dizer-lhe que comungo com as três teses por que V. Exa. tem admiração. Hoje, depois do Vaticano II, evoluímos e temos essa consciência: o batismo nos introduz um sacerdócio - todos, uma vez unguídos, somos sacerdotes. Sou um sacerdote ministerial, mas todos, como batizados, são sacerdotes e chamados a exercer de fato esse sacerdócio.

Já em relação à Escritura, considero muito bom que a palavra de Deus esteja nas mãos de todos. Alguns conseguem discutir antes, como fez o Deputado Antônio Júlio em relação à política e às leis, mas muitas pessoas não conseguem enxergar lá na frente, enxergam no máximo, como dizem, um palmo à frente do nariz. Já outros possuem o dom de conseguir enxergar e antecipar soluções, evitando tantos problemas.

Então, Martinho Lutero teve essa visão, que foi reconhecida séculos depois por outros teólogos.

E também, em relação à graça, a salvação é para todos. Cristo fez a parte dele. Não sei se existe discordância nessa parte. Hoje eu, pelo menos, tenho essa reflexão. Embora a salvação seja para todos, ela é também conquistada, ou seja, temos de fazer a nossa parte. Deus disse: "Eu estarei com vocês". Mas se verificarmos, quando Jesus falava, em Mateus 25, do juízo final, quando Ele dizia "Olhem, entrem, venham, eu estava com fome, com sede, doente, na prisão, nu, vocês me deram toda a assistência", ou seja, é a fé que nos salva. Mas a fé nos impulsiona a fazer as transformações na sociedade. A fé nos impulsiona a fazer obras, o que leva São Tiago a afirmar que a fé, sem obras, é morta.

Tenho essa convicção de que, embora a salvação seja graça de Deus e para todos, ela é conquistada, ou seja, você tem de caminhar, você tem de vir, está aqui, é graça, mas temos de fazer o caminho para esse encontro. E é um caminho de serviço a Deus, mas um serviço que é autenticamente feito a Deus se feito ao próximo, aos semelhantes.

O Deputado João Leite (em aparte) - Temos comunhão. Creio que uma vida que se beneficiou da graça de Jesus é uma vida com frutos, com frutos do Espírito Santo, de Gálatas, 5:22, o amor, a paz, a longanimidade, o domínio próprio. O Senhor Jesus falou que se conhece a árvore pelos frutos. Temos comunhão.

O Deputado Padre João\*- Que bom! E é isso que nos une na fé e no serviço, e isso é importante. A fé nos impulsiona. O desafio maior, Deputado João Leite, e que, de certa forma, me envergonha porque somos milhões de cristãos: se fossemos coerentes na verdade, o mundo seria outro, o Brasil, um País evidentemente cristão, se não católico, evangélico. O nosso testemunho no dia-a-dia teria, de fato, de nos levar a superar as injustiças, as desigualdades e a garantir a qualidade de vida, um céu aqui na terra, já. Mas é o nosso desafio, a nossa missão.

O que me levou a me inscrever, Deputado João Leite, é também em comunhão com V. Exa. Fizemos uma visita à cadeia de Ouro Preto e presenciamos a superlotação. Na semana seguinte, foram recolhidos mais nove presos, e até hoje nenhuma medida foi tomada. Na semana passada, a reunião da Câmara foi feita na porta da cadeia. Foi uma maneira de os Vereadores se manifestarem e externarem a indignação em relação àquele quadro, que é deprimente. A situação da cadeia de Ouro Preto é pior do que de Ponte Nova, naquela época, quanto à superlotação. É desumano, não há como as pessoas dormirem. O Delegado tomou medidas para se resguardar, mas são arbitrárias, negam as visitas a alguns familiares, ou as possibilitam uma vez por mês. Os familiares tem de pagar uma senha.

Eles ficam a madrugada e o dia inteiro para fazerem uma visita. Às 4 horas da manhã, já há pessoas na fila para pegar a senha. A visita só começa às 14 horas, ou seja, pessoas de outras comunidades ficam o dia inteiro ali e, em algumas ocasiões, a visita é negada. Se aquela pessoa teve qualquer passagem pela cadeia, a visita era negada.

Então isso levou, Deputado João Leite, o próprio Delegado, em uma reunião da Câmara, a afirmar que os Deputados estão fazendo da cadeia um palanque eleitoral. Mas não é o caso de V. Exa., não é o caso do Deputado Durval Ângelo, que estava lá, nem é o meu caso, e sim uma questão de humanidade. Como discutíamos, se existe uma parcela da sociedade que exige de nós uma atenção especial, essa se refere aos presos.

Às vezes um menor leva-nos à comoção, mas ele está na liberdade; apesar de estar no semáforo, numa situação desumana que clama justiça, ele está em liberdade. A situação do preso é pior, porque dele foi retirado algo que é sagrado, a liberdade. O Estado tem de garantir as condições mínimas de qualidade de vida para esse cidadão recuperar-se.

Então lembro novamente aqui a situação da cadeia de Ouro Preto. Reuni-me com os familiares e percebo neles um medo enorme de que aconteça alguma coisa. Inúmeras vezes na semana, como uma forma de intimidar, todos os presos são colocados seminus no pátio para uma revista, a fim de ver se estão com algo que possibilite uma fuga. A situação da energia elétrica também é caótica, com um iminente risco de curto-circuito. Como V. Exa. é da Comissão de Direitos Humanos, gostaria de saber como podemos atender às solicitações que me foram apresentadas. O que está em xeque é a confiança, a credibilidade desta Casa, por meio da Comissão que lá esteve.

Gostaria também de fazer uma referência ao que foi discutido hoje, pela manhã e à tarde, pelo Deputado Getúlio Neiva, em relação às microdestilarias. Existe uma lei - votada aqui e sancionada pelo Governador Aécio, e da qual estamos aguardando a regulamentação - que trata da instalação da política estadual de apoio às microdestilarias e outros derivados da cana-de-açúcar. Venho de um Município que tem uma grande usina, que resiste entre tantas outras na Zona da Mata, a Usina de Jatiboca, em Uruçânia. Sei qual é a forma de trabalho de uma grande usina em relação aos produtores de cana e a metodologia usada pelos produtores. Então fica claro, hoje, para nós, Deputado Carlin Moura, pois podemos comparar a forma desde o cultivo, o preparo da terra, numa produção em escala menor e em escala maior até a colheita. Tudo é diferente; é bem menos agressivo, não acontece erosão. Quando a terra é cortada com grandes tratores, sobretudo nas nossas regiões, "amorradas", montanhosas, com a primeira chuva, a terra, uma vez que foi toda revirada, é lavada. E não só a terra se torna mais pobre como também acontece, lá embaixo, o assoreamento dos açúdes, dos ribeirões, dos córregos. Quantas vezes capinei cana, um dos trabalhos da roça mais árduos. Numa hora dessa, estávamos suando, e o suor irrigando os cortes, os arranhões da cana. Mas tenho orgulho de ter trabalhado na roça, na enxada, quando adolescente.

Essa capina é menos agressiva, diferente da capina química, na monocultura da cana, para os grandes usineiros. Era triste demais, na minha

adolescência, quando os terreiros eram invadidos por tatus, veados, bichos já tontos, doentes, vindos na pastagem, passarinhos morrendo por terem comido as sementes. A biodiversidade toda ameaçada com as capinas químicas, típicas da monocultura da cana.

O real avanço para o País e para o Estado de Minas Gerais é na linha da microdestilaria, porque sua colheita é crua, não utilizando o fogo, como na monocultura, na cultura extensiva da cana. Nessa linha, podemos afirmar que teremos o álcool, na ponta, com uma energia limpa. Não basta pensarmos, simplesmente porque é uma matriz renovável ou é da bioenergia, que é energia limpa, pois não é. Como pensar que esse álcool, produzido em boa parte das fazendas de São Paulo, com os trabalhadores mineiros, sobretudo do Jequitinhonha, é uma energia limpa? Não é, porque se trata de um trabalho desumano. A qualidade impressa naquele produto é de exploração, de injustiça. Não é socialmente limpa, mesmo que, em alguns aspectos, possa ser ambientalmente limpa. Nesse caso, não é ambientalmente nem socialmente limpa - se podemos dizer assim.

Assim, solicitamos ao governo a regulamentação dessa lei, para que, seja no cooperativismo seja no sociativismo, possamos produzir o álcool em Minas Gerais, valorizando uma matriz, de fato, renovável e, assim, produzindo uma energia limpa, desde o preparo da terra até a colheita e o beneficiamento da cana-de-açúcar e da cana de álcool.

Gostaria de fazer outros pronunciamentos sobre projetos de lei. Há um que está em pauta, e é da horticultura e da floricultura, instaurando essa política no Estado. O projeto está na pauta há muitos dias e refere-se a uma política fundamental para alguns Municípios do nosso Estado, sobretudo da Zona da Mata, onde a economia é baseada na floricultura. Queremos avançar nesse projeto e nessa política.

Encerro por aqui, com pelo menos esse apelo em relação à cadeia de Ouro Preto e a uma força-tarefa para garantirmos o funcionamento das microdestilarias do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, Deputado João Leite, primeiramente queria felicitar V. Exa. pelo importante pronunciamento feito desta tribuna em relação à comemoração da Reforma Protestante, dos ensinamentos de Lutero. Sem dúvida alguma, V. Exa. contribui muito, ao relembrar marco histórico importante, até para o debate inter-religioso. O ensinamento maior de Jesus, nosso grande mestre, é o diálogo e o respeito entre as pessoas. V. Exa. está de parabéns pelo pronunciamento.

Nobres Deputados, nobre Deputada, público presente, queridos telespectadores da TV Assembléia, o que me traz a esta tribuna tem que ver com um requerimento aprovado hoje na Comissão de Educação desta Casa. Esse requerimento solicita a realização de uma audiência pública para se discutir o projeto de lei de autoria do Governador do Estado o qual altera os critérios para a qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips. Pretendemos realizar na Comissão de Educação um debate sobre esse projeto referente especialmente à alteração do art. 4º da Lei nº 14.870, de 2003.

Nobre Deputada Maria Lúcia Mendonça, minha colega na Comissão de Educação, esse projeto me chamou muito a atenção, porque a proposta original é alterar o inciso III do art. 4º da Lei nº 14.870 e incluir o inciso XIV no art. 4º, justamente num momento em que se discute no Brasil o papel das ONGs. Aliás, em Brasília, no Congresso Nacional, está-se abrindo uma CPI para investigar as ONGs, algumas que fazem mau uso de suas atribuições e que, às vezes, denigrem a imagem das que realizam trabalho sério.

Nesta Casa tramita um projeto que visa a flexibilizar e criar condições para os funcionamentos das Oscips, que são uma espécie de ONG. Fiquei preocupado com o projeto, porque altera justamente o art. 4º da lei que regulamenta as Oscips. O art. 4º diz o seguinte: "Observado o princípio da universalidade e os requisitos instituídos por esta lei, a classificação como Oscip será conferida à pessoa jurídica cujos objetivos sociais consistam na promoção de pelo menos uma das seguintes atividades:". Aí, relaciona uma série de atividades: assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, entre outras.

No inciso III, consta na atual redação da lei "educação gratuita", ou seja, as Oscips que, por meio de seus trabalhos, provavelmente promovem esses cursos que vemos aí sendo promovidos. No projeto, o art. 4º altera a redação do inciso III para ensino fundamental ou médio gratuitos e acrescenta o inciso XIV - ensino profissionalizante ou superior. O que me chamou a atenção? Da maneira como o projeto está redigido, justamente quando o Estado, atrasadamente, anuncia que começará a investir no ensino técnico-profissionalizante - aliás, uma dívida histórica de Minas Gerais -, está-se autorizando as Oscips, entre as suas atribuições, a promover ensino fundamental ou médio gratuitos e ensino profissionalizante ou superior. Daí me vem a idéia: "será que Minas Gerais está pensando em terceirizar os ensinos médio, fundamental, profissionalizante e superior para as Oscips? Será que as Oscips em Minas Gerais poderão fazer o papel do Estado no ensino fundamental profissionalizante e superior?".

Essa é uma primeira leitura que faço do projeto. Se essa for a intenção, será muito grave permitirmos que as Oscips venham a ocupar a função pública do Estado justamente na área de educação, de ensino profissional e superior.

As Oscips hoje, em Minas Gerais, já estão, aliás, passando dos seus limites, começam a atuar em áreas que configuram verdadeira terceirização do serviço público, como no caso da Orquestra Sinfônica e das estradas. Há muitas Oscips tomando o papel do Estado. Agora, a legislação parece querer flexibilizar ainda mais, com a possibilidade até de adentrar a esfera dos ensinos fundamental, médio e profissionalizante.

Então, acho importante esse debate que a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática fará. Esperamos que todos os setores ligados à educação em Minas Gerais estejam atentos ao conteúdo desse projeto de lei, em tramitação nesta Casa e disponível na página da Assembléia Legislativa de Minas Gerais na internet.

A todos os educadores interessados pela educação solicitamos que façam uma leitura desse projeto e nos ajudem a entender o que está por trás dessa redação proposta.

Ainda hoje, no gabinete, tive oportunidade de receber uma correspondência que me chamou a atenção. Ela me foi enviada em vista da discussão travada aqui no Plenário da Casa, juntamente com o nobre Deputado Antônio Júlio, relativamente à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a qual dispõe sobre o tombamento para fins de conservação ambiental, declara monumento natural a Serra da Moeda e estipula regras sobre a preservação ambiental.

Nessa discussão, levantávamos a preocupação sobre o papel das mineradoras que não estão respeitando as normas ambientais nem o patrimônio em Minas Gerais, causando graves prejuízos ao Estado.

Em vista dessa discussão, tive o privilégio de receber uma correspondência do Promotor de Justiça da Comarca de Santa Rita de Caldas Nívio Leandro Previato. Nela, o Promotor nos dá notícia de ações que vem movendo naquela Comarca relativamente aos abusos das mineradoras. Passo a ler parte da correspondência:

"Estou tomando a liberdade de enviar a V. Exa. e ao Deputado Antônio Júlio cópia da última ação que ajuizei contra uma das empresas mineradoras que operam em nossa região. Pela leitura, terão uma pálida idéia dos absurdos que acontecem, com a conivência e a omissão dos órgãos estaduais: Feam, Copam, Igam e IEF. O único órgão que entende que toda a região é remanescente de mata atlântica é o Ibama de Pouso Alegre, por meio do eng. Fernando Bonillo.

Nós vivemos situações verdadeiramente absurdas. Às vezes, um pequeno sítio corta um guatambu para fazer um cabo de enxada ou então planta para comer um pé de alface a menos de 30m da margem de um córrego e é autuado, multado e processado com todos os rigores da lei.

Ao contrário do afirmado pelo governo estadual, nossa região é, também, completamente abandonada na área de segurança pública, como também V. Exa. poderá tomar conhecimento por mais duas cópias de ações que estão anexas".

O Promotor Nívio Leandro Previato, que demonstra ser muito atuante, então, encaminha as cópias de algumas ações por ele ajuizadas na comarca. A primeira delas diz respeito à ação movida contra a Mineração Café Ltda. A denúncia constante nessa ação civil pública, em tramitação perante a comarca, é muito preocupante. Por meio de um auto de fiscalização ficou constatado que a autuada, a empresa Mineradora Café, explora uma área de 6ha, sendo 4ha no Município de Santa Rita de Caldas e 2ha no Município de Caldas.

Ao solicitar licença especial do IEF para supressão de vegetação, foi-nos apresentada apenas autorização referente a 1,2ha. Portanto, suprimiram 4,8ha além do autorizado.

Verificamos que toda a área da exploração se encontra em topo de morro - montanha -, considerado de preservação permanente. Nesse caso, gerou uma multa de R\$7.000,00.

O Promotor explica que o granito ornamental extraído na sua região é considerado de primeira qualidade e o preço do metro cúbico fica entre US\$5.000,00 e US\$6.000,00. Assim, a multa aplicada de R\$7.000,00 é menor do que o valor de 1 metro cúbico de granito extraído.

A Mineração Café Ltda. tem a sua atividade predatória na região já há quase 20 anos, com extração de toneladas de granito em outras áreas no Município de Santa Rita de Caldas e Caldas.

E, aí, o Promotor vai tecendo uma série de considerações. O mais grave é que fica demonstrado aqui que o IEF faz vistas grossas em relação às irregularidades promovidas por essa mineradora. O Promotor também denuncia que o Poder Executivo local também faz vistas grossas em relação às arbitrariedades cometidas. O Poder Executivo está sendo conivente com a mineradora, está sendo conivente com a depredação ambiental por ela promovida e está sendo conivente com o desrespeito à legislação ambiental.

O Promotor, de forma muito consistente, faz essas denúncias e chama atenção sobre a omissão dos órgãos oficiais que deveriam ter o papel de fiscalizar e agir com rigor em relação a essas mineradoras, e não o têm feito. O Promotor me enviou cópia dessa ação, que é muito interessante do ponto de vista da defesa do patrimônio ambiental do nosso Estado.

O Promotor é muito atuante e manda cópia também de uma ação que vem ao encontro dessa questão levantada anteriormente pelo Deputado Padre João, que é a superpopulação carcerária daquele Município e também do de Santa Rita de Caldas, que está com o mesmo problema.

O Promotor ajuizou ação para transferir os presos da cadeia pública de lá, em virtude do excesso de lotação. Temos vivido esses problemas, como o Deputado Padre João mencionou, em Ouro Preto e no 2º Distrito de Contagem, que visitamos, mas até hoje ainda não se resolveu o problema. Há ameaças constantes de rebeliões nesse 2º Distrito, com os policiais civis permanentemente ameaçados. E até hoje não se tomou ainda providência.

Da mesma forma, em Santa Rita de Caldas, o Promotor pede que o Estado seja condenado na obrigação de fazer a transferência de todos os presos da cadeia pública para um local mais adequado.

O mais interessante é que o Promotor demonstra que a população da sua comunidade não está tendo a devida assistência por parte da segurança pública de Minas Gerais, por absoluta ausência de profissionais na área de segurança.

Concluindo, a outra ação que o Promotor impetrou lá - e é de muito interesse para o Município - é um pedido de liminar solicitando que fossem nomeados e designados os quadros de policiais civis e militares dos Municípios de Santa Rita de Caldas e Ipuiúna, com o total necessário, como assinalado. Ou seja, a Polícia Militar em Santa Rita de Caldas, mais 8 policiais militares e mais 15 para Ipuiúna; a Polícia Civil em Santa Rita de Caldas, mais 8 policiais em suas respectivas funções; e a Polícia Civil em Ipuiúna, com mais 11 policiais em suas respectivas funções.

O Promotor Dr. Nívio tem demonstrado ser atuante em defesa dos interesses da comunidade local e dos interesses públicos e da defesa do patrimônio ambiental do Estado.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer desta tribuna esses registros e parabenizar a importante atuação desse Promotor de Justiça para exigir dos órgãos do Estado o cumprimento de suas obrigações legais e o cumprimento de suas funções de fiscalização. Muito obrigado, nobre Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

106ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

Discursos Proferidos em 1º/11/2007

O Deputado Weliton Prado\* - Boa-tarde a todos e a todas. Deveria ocupar a tribuna nesta tarde para falar mais uma vez sobre o esquema de adulteração do leite em Minas Gerais, com adição de produtos químicos ao leite para aumentar a sua quantidade e validade, mas sou obrigado a centrar minha fala na conta de luz neste Estado, que é matéria de capa do jornal "Hoje em Dia" de hoje.

Não acredito que a Cemig tenha tido a coragem de propor um absurdo desse tamanho e de, desculpem-me a expressão, falar tanta besteira. Depois vou ler essa matéria para que vocês vejam que não tem lógica alguma. Qual é o objetivo da Cemig? A conta de luz em Minas Gerais será tarifada por horário: entre 18 e 20 horas, o horário de pico, segundo eles, o valor da tarifa de energia será aumentado. Esse é justamente o horário em que o trabalhador chega em casa. A pessoa que trabalhou o dia inteiro chega cansada em casa e quer tomar um banho para descansar antes de jantar, mas esse trabalhador não vai poder tomar o seu banho porque já agora não está conseguindo pagar a conta de



energia; ele será obrigado a esperar que passem as 10 horas da noite ou a meia-noite e tomará seu banho de madrugada, porque as tarifas serão diferenciadas, e entre 16 horas e 20h30min, horário de pico, o valor vai ser aumentado nesse horário.

Deveria ser justamente o contrário. Ao invés de gastar milhões em publicidade, a Cemig deveria preocupar-se em fazer campanhas para esclarecer toda a população. O Paulo, da nossa assessoria, escreveu uma nota, cujo rascunho me passou, em que diz: "Ao invés de gastar milhões de reais com propaganda e promoção, deveria investir em programas e campanhas de uso racional de energia".

O engraçado, Paulo, é que se propõe aqui exatamente o contrário. O próprio Presidente da Cemig diz que a oferta de energia é muito maior do que a demanda e que as residências estão gastando muito pouca energia. Ou seja, a energia gasta pelas residências neste Estado é muito pouca, só no Estado de Goiás as residências gastam menos. Assim, querem incentivar as residências a gastarem mais energia. Existe uma grande contradição: se não há falta de energia, se está sobrando energia, por que cobrar um valor maior nos horários de pico?

Na matéria, ele acrescenta que "atualmente a Cemig tem um grau de investimento e uma baixa demanda residencial". Coitado! As residências estão gastando muito pouca energia. Isso seria a principal causa da elevação da tarifa cobrada no Estado de Minas Gerais.

Com isso, o fato de a energia em Minas Gerais ser cara é responsabilidade do consumidor residencial, que está gastando pouca energia. Joga-se a culpa nas costas do consumidor, que já paga a maior tarifa residencial do Brasil, acima de 90kW. A tarifa de energia elétrica mais cara do mundo é a da Cemig.

Então, isso não se justifica de forma alguma. Só o ICMS na tarifa residencial é de 30%; e, mais a cobrança por dentro, o valor chega a 47%. Com todos os tributos e encargos, esse valor chega a 62,5%. Agora a Cemig ainda quer cobrar tarifas diferenciadas por horário.

Para tanto, tem de receber autorização do Ministério de Minas e Energia. Podem ter certeza de que vamos nos desdobrar, pressionar e mobilizar todos os Deputados desta Casa, os Deputados Federais, as entidades, as associações e a população organizada para impedir esse absurdo: o aumento da conta de energia elétrica da Cemig, que - repito - é uma das mais caras do Brasil.

Para este ano, a Cemig pediu um aumento de 23,88%. A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - autorizou 6,5% para as residências. A Cemig não ficou satisfeita e entrou com recurso, mesmo tendo um faturamento milionário de mais de R\$400.000.000,00 em três meses. A empresa está se expandindo por todo o Brasil: comprou a Light, no Rio de Janeiro, e já comprou - ou está comprando - a Eletropaulo Metropolitana, em São Paulo. E joga a conta para pagarmos, o consumidor residencial e as pequenas empresas e microempresas. O povo não aguenta mais.

Pesquisas da Confederação Nacional do Comércio demonstram que hoje o que mais pesa no bolso do consumidor, dos trabalhadores, é justamente a conta de energia elétrica, que, sozinha, pesa mais no orçamento doméstico que, às vezes, o telefone, a alimentação e o transporte juntos. Realmente a conta de energia elétrica é muito alta. Muitos servidores estão fazendo empréstimos para pagar essa conta. Portanto, temos de lamentar essas declarações.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Primeiramente, quero felicitar V. Exa. pela insistência nessa justa luta contra os abusos da Cemig, cuja energia é uma das mais caras do País.

Quero também, nobre Deputado, aproveitar hoje, dia 1º de novembro, data-base da categoria dos eletricitários, dos trabalhadores da Cemig. E a empresa insiste em não negociar com os trabalhadores, em não atender as justas reivindicações dos eletricitários deste Estado. Trata-se de uma empresa que vem obtendo altos lucros até na Bolsa de Valores, e esses lucros não estão sendo proporcionalmente repassados aos trabalhadores. Nobre Deputado, outro ponto mais importante: em maio, a empresa foi condenada pela terceirização da mão-de-obra. São 10 mil trabalhadores contratados de forma indireta, sem os devidos direitos, em situação precária de trabalho e com condições salariais bem inferiores à de um trabalhador efetivo de carreira. Essa é a prova mais concreta de que aqui, em Minas Gerais, vigora a terceirização, a precarização do contrato de trabalho. A condenação que a Cemig recebeu: até fevereiro de 2008, terá de substituir toda a sua mão-de-obra temporária por efetiva, com a realização de concurso público e o oferecimento de condições dignas de trabalho. A empresa, infelizmente, preocupa-se muito com o lucro, cobra a conta mais cara do País, não valoriza seus trabalhadores e não respeita o movimento sindical, o sindicato. Hoje ela está a serviço de uma visão de Estado neoliberal que vigora em Minas Gerais. V. Exa. está de parabéns pela sua insistente luta. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura." Vamos reverter esse quadro perverso da empresa Cemig em Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Weliton Prado\* - Deputado Carlin, com certeza, o próximo ano é a data em que haverá revisão tarifária. Temos de pressionar a Aneel para que tenha postura e garanta, em vez do aumento de 30% que houve na última revisão, uma redução do valor da tarifa de energia elétrica, como aconteceu em outros Estados, onde a tarifa é muito, muito menor do que a cobrada no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Júlio\* - Obrigado, Deputado Weliton. Penso que V. Exa. está com toda a razão nessa discussão, e precisamos continuar discutindo. Infelizmente, em temas importantes, que envolvem grandes empresas, às vezes o Deputado fica um pouco receoso de fazer uma exposição. Mas a questão da Cemig está transformando-se em um problema sério. A Cemig tem de dar uma explicação sobre essa reportagem, tem de explicar. Disse que está aumentando a tarifa porque as pessoas não estão consumindo? Estamos vendo estampado hoje, nos grandes jornais, Deputado Paraca, que teremos um apagão elétrico. A discussão está aí mais do que clara, e não é por falta de chuva, é por falta de competência e investimento da Cemig, que diz que está investindo - o que não é verdade -, mas o faz em outros lugares, não em Minas Gerais. A Cemig, que deveria investir maciçamente em nosso Estado, não está investindo. Aproveitarei - até para ser maçante, como V. Exa. tem sido em relação à cobrança da redução das tarifas - para lembrar o caso do Norte de Minas, denunciado aqui pelo Deputado Paulo Guedes, seu companheiro de partido. Uma denúncia gravíssima. O Governador deveria estar ouvindo e deveria ter essas informações de que lá há mais de 130 poços artesianos e o povo está passando necessidade de água. A Cemig, há três anos, promete, promete, promete. Foi lá, fez um compromisso e não coloca energia elétrica para abastecer aquela população, não só de energia, mas também de água.

Tenho denunciado aqui um caso de Papagaios. Se algum Deputado quiser ir lá, fica a cento e poucos quilômetros de Belo Horizonte. Não há energia elétrica dentro da cidade. A energia elétrica fornecida, que deveria ser de 120W, é de 70, 80W. Não se consegue ligar uma bomba, um motor, porque não funciona. A cidade ficou sem água porque a energia fornecida pela Cemig não tocava a bomba. O Prefeito arrumou um gerador, e a Cemig pediu que trocasse o transformador. O transformador foi trocado por conta da Prefeitura, mas não há energia no posteamento. Deputado Paraca, estamos brigando por isso desde 2000. Em 2001, coloquei no Orçamento para que a Cemig instalasse lá uma subestação. Lá 70% dos empresários usam gerador a diesel, para suprirem as suas empresas. Que empresa é essa? Está na hora de a Assembléia reagir, até instalando CPI em cima da Cemig. Já instalamos uma, quando houve a venda daquelas ações, que foram quase que um assalto à Cemig, e ficou quase que por isso mesmo. Venderam 33% para a Southern sem colocar um tostão, nem um tostão sequer, no negócio. Ainda estavam brigando para ter os dividendos, com o dinheiro do BNDES, e não pagaram o BNDES. Ainda queriam ter os lucros partilhados com eles. Então essa questão da Cemig precisa ser revista. Está passando da hora de a Assembléia tomar um posicionamento, e V. Exa. tem tido um papel fundamental nisso. Alguém tem de falar. Avisei o Presidente da Cemig sobre a questão de Papagaios, que tenho denunciado nesta semana. Há dois anos, estou indo lá, pedindo, pedindo, mas agora não dá mais para esperar, não dá mais para tolerar, pois começou a afetar até mesmo o abastecimento de água da cidade, em virtude da falta de energia suficiente para ligar as bombas. E ficam fazendo propaganda. Quando a Cemig começou a fazer muita propaganda, em todos os órgãos de imprensa do Estado, fiquei com o pé atrás, porque essa é uma empresa que não precisa fazer propaganda.

Ela é única, praticamente. Existe a Cataguazes, mas é pequena perto dela. E há essa excessiva propaganda para encobrir algo, alguma deficiência, pois os órgãos públicos e o governo, quando precisam encobrir alguma deficiência, começam a fazer publicidade enganosa. Se é a melhor energia do Brasil, como pode estar faltando energia elétrica? Na reportagem, está-se dizendo que irão aumentar tarifa e que teremos que saber a hora de gastar energia elétrica. Ora, essa Cemig está brincando com os consumidores de Minas Gerais.

V. Exa. está de parabéns, estarei na sua trincheira, já que estivemos em outras lutas na defesa de nosso povo, para podermos despertar a população e a Assembléia para um tema tão importante quanto a questão da Cemig.

O Deputado Weliton Prado\* - Quero agradecer o aparte do Deputado Antônio Júlio e dizer que realmente ele não tem de ter medo de empresa poderosa, não. Ele tem de ir para cima, sim, e enfrentar, da mesma maneira que enfrentamos aqui - não é mesmo, Deputado Antônio Júlio? - a questão da Taxa de Incêndio, que queriam cobrar para as residências, e a taxa para chamar a polícia, que conseguimos derrubar. Vamos lutar até o fim para diminuirmos o valor da tarifa da energia elétrica da Cemig em Minas Gerais.

Há uma grande contradição, como V. Exa. expôs muito bem: "por que a Cemig gasta tanto dinheiro em propaganda, se praticamente detém o monopólio, domina e controla 97% do mercado?". Ela tem concorrente? Não tem. E exalta tanto a qualidade, mas está faltando energia, como bem disse V. Exa. E há outra questão: "por que faz campanhas para que a população economize energia, se agora o Presidente da Cemig vem dizer - está aqui, nos jornais - que o motivo de a energia em Minas Gerais ser alta e cara - é uma das mais caras do Brasil - se deve ao fato de a população consumir pouca energia nas residências?". Ou seja, tem de gastar mais e mais, porque a Cemig está produzindo muita energia: a oferta é muito grande, e a demanda, pequena. Portanto a população está consumindo muito pouca energia e precisa consumir mais, por isso querem elevar o valor nos horários de pico - das 18 horas às 20 horas.

Lembro que estamos em um país tropical. O trabalhador chega cansado em casa e fica doído para tomar um banho para descansar. O estudante trabalha e chega em casa com vontade de tomar um banho para ir para a escola ou para a universidade. Não poderão tomar esse banho, porque, se o fizerem, a tarifa aumentará, e muito. Isso é brincadeira, conversa para boi dormir, e não podemos aceitar de maneira alguma.

Se quiserem diminuir o preço da energia e diminuir mais ainda para outros horários alternativos, tudo bem, mas não aceitamos o aumento do valor da energia e não permitiremos que isso ocorra. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente Deputado Dinis Pinheiro, caros colegas, Deputados e Deputadas, senhores telespectadores, estou seguindo logo mais para a minha terra, Teófilo Otôni. Vou passar lá o Dia de Finados. Vou comemorar a morte e o enterro da vergonha, vou comemorar o enterro do espírito cívico e vou tentar sepultar a ingratidão de uma Prefeita do PT que não sabe agradecer as benesses que lhe são passadas.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no início desta legislatura, aqui estive para comentar a grave situação da saúde de nosso Município, mas, para não me envolver politicamente na disputa e na querela municipal, pedi à Comissão de Saúde da Assembléia que fosse a Teófilo Otôni. E foram lá quatro Deputados dessa Comissão, entre eles o Deputado Carlos Pimenta, que está aqui, na Mesa, para vistoriarem o sistema de saúde macrorregional da cidade.

Por incrível que pareça, todos os itens aqui apontados em minha denúncia da falência do sistema, que se configurou como a pior de todas entre as macrorregiões de Minas Gerais, foram confirmadas, item por item, pela Comissão de Saúde. Aqui está o Deputado Carlos Pimenta - e pediria que o filmassem para que confirme - e ele confirma que todos os itens colocados foram efetivamente comprovados.

De 14 PSFs, a Prefeita desativou 11, fechou o pronto-socorro municipal e o hospital municipal, propiciou o fechamento do Hospital Vera Cruz, iniciou obras no Hospital São Vicente, que também foi fechado para atendimento ao público. A cidade ficou restrita apenas a um hospital, para atender a 63 Municípios dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, do São Mateus, do Norte do Espírito Santo e do Sul da Bahia.

O Presidente Lula esteve em Belo Horizonte, no Palácio da Artes, e antes de entrar no local da solenidade, conversamos. Ele fez um apelo ao Governador Aécio Neves, pedindo ajuda para a Prefeita de Teófilo Otôni. O Governador pediu a mim e ao Deputado Federal Ademir Camilo que permitíssemos essa ajuda. Dissemos-lhe que não só permitiríamos, mas também participaríamos pessoalmente da ajuda. O Estado nomeou, então, por meio do Secretário Marcus Pestana, uma comissão especial, comandada pelo Secretário Adjunto, Dr. Caram, que fez dezenas de viagens a Teófilo Otôni e à região para buscar soluções.

Há menos de 20 dias, o Secretário Marcus Pestana, do PSDB, foi à região a mando do Governador, que é do mesmo partido, acompanhado do Deputado Federal Ademir Camilo, do PDT, e do Deputado Estadual Getúlio Neiva, do PMDB, para ajudar a Prefeita, do PT, a consertar o estrago que ela fez na saúde de Teófilo Otôni. Caro amigo, Deputado Antônio Júlio, demos as mãos e fizemos um belo discurso, tendo em vista a harmonia das lideranças políticas de Teófilo Otôni, para resolver um problema dramático da saúde daquela macrorregião.

O Governador deferiu investimentos da ordem de R\$16.000.000,00, cifra nunca vista na história da cidade, para o sistema de saúde. E nesta semana, Deputado Antônio Júlio, todos os jornais da cidade, a televisão e as emissoras de rádio publicaram matéria de divulgação da Prefeitura, dizendo que a hora é agora, que a Prefeitura vai fazer uma saúde maravilhosa, já que, em dezembro de 2004, recebeu do Prefeito anterior o referido setor destruído.

Vim aqui para falar da morte do bom-senso, do espírito crítico e da verdade e mostrar que sempre existem os dois lados da moeda. A gratidão - dizem, na minha cidade - é a memória do coração. Só quem não tem coração não sabe ter gratidão. Dizem também que qualquer homem público tem de estar preparado para a ingratidão, porque sua tarefa é fazer sem exigir o troco. A imprensa da minha cidade é manietada. Todas as verbas que consigo dirigir, por meio do Governador Aécio Neves, para Teófilo Otôni aparecem como obras da Prefeita do PT. Trata-se de prática permanente de apropriação indébita de obras estaduais.

A emissora "Grande Minas", de Montes Claros, estampa certa questão na publicidade, captada por toda a região. A Prefeita manda pôr um anúncio dizendo que recebeu a saúde destruída. É mentira!

A atual Prefeita buscou uma moça do Ceará para ser assessora de imprensa. Não satisfeita, buscou outra, de Araçuaí, minha amiga e parente, a Cinara, que não sabe como a Prefeitura foi entregue em dezembro de 2004. Na verdade, foi entregue com tudo funcionando: máquinas, veículos e equipamentos. Ademais, o pagamento estava sendo feito em dia, e o décimo-terceiro estava pago.

Tudo certinho, todos os postos de saúde funcionando, 14 PSFs funcionando, pronto-socorro funcionando, hospital municipal funcionando, uma policlínica com 15 especialidades médicas funcionando, tendo eu a recebido apenas com 3 especialidades, e agora vem essa ingratidão da propaganda enganosa, da mentira que não posso aceitar. Fui lá a fim de dar minhas mãos para trabalhar, junto com a Prefeita. Desde o

primeiro dia, estamos trabalhando para levar recursos para nossa cidade. Veja, caro amigo Tadeu Leite, Teófilo Otôni terminará, em dezembro, a construção de um presídio que custou R\$11.000.000,00, obra do governo do Estado. Cinco cidades que se ligam a Teófilo Otôni estão asfaltadas, beneficiando diretamente a nossa cidade. Criação do curso normal para o ano que vem, e a instalação de cinco cursos da UFMG em convênio com a Secretaria de Educação. Construção de 13 quadras poliesportivas nas escolas municipais, mais de R\$1.200.000,00 em obras de reforma e ampliação das escolas estaduais, um volume fantástico de recursos, que supera, Sr. Presidente, a marca dos R\$30.000.000,00 de investimentos. E, aqui, alguns Deputados representantes de cidade-pólo podem até ficar com inveja desse volume de dinheiro. Nunca governo nenhum aplicou tanto em uma só cidade-pólo.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Deputado Getúlio Neiva, quem conhece o trabalho de V. Exa., ao longo dos últimos 30 anos, na política de Teófilo Otôni, é capaz de testemunhar o trabalho eficaz que V. Exa. fez por essa cidade, seja como Prefeito, seja como Deputado Federal, e, agora, como Deputado Estadual. Sabemos que o governo do Estado está realmente investindo lá. Até parece que a Prefeita fez um curso com o Prefeito de Montes Claros, porque lá está ocorrendo a mesma coisa, ou seja, essa apropriação de obras dos governos federal e do Estado como se fossem obras do Município, às vezes omitindo, na propaganda, que se trata de obra da Copasa, da Petrobras, como tem ocorrido.

Parece que a falta de competência administrativa, seja em Teófilo Otôni, seja em Montes Claros, faz com que tenham de mostrar que estão fazendo alguma coisa, por isso vão buscar onde há obras, a fim de se apropriarem delas, dizendo que são deles. Mas o que importa é o trabalho que V. Exa. fez e que ainda continua fazendo lá, como Deputado, pois, mais que as brigas políticas, mais que as disputas e as vicissitudes da política, o que importa é o benefício da população e o bem-estar da comunidade.

V. Exa. continua trabalhando e operando de forma conscienciosa em favor da cidade. Está de parabéns por essa manifestação e pela vontade de ajudar Teófilo Otôni.

O Deputado Getúlio Neiva - Agradeço, nobre companheiro, Deputado Luiz Tadeu Leite, que, em Montes Claros, demonstrou competência administrativa ao longo de suas administrações.

Ouso dizer, Deputado Luiz Tadeu Leite, que tanto V. Exa. quanto o Deputado Carlos Pimenta são testemunhas, porque foram comigo, e a bancada do Norte nos apoiou para que fosse criada, em Teófilo Otôni, a sede da Copanor, aprovada por esta Assembléia, com um investimento de R\$545.000.000,00 em nossa região. Foram vocês, do Norte de Minas, que me apoiaram para que em Teófilo Otôni pudesse ser a sede da Copanor. Também o meu querido Fabinho, o homem da Copasa que nos ajudou a tirar uma banda da Copasa e levar para as cidades mais pobres de nossa região.

Isso não me causa espanto, porque a Prefeitura de Teófilo Otôni vive da mentira, da deslavada mentira. E não me cabe também ter nenhum ódio nem nenhuma mágoa. Isso é apenas um desabafo. Amanhã é Dia de Finados, e estamos comemorando a morte da vergonha, o enterro da indecência política.

Nobre Deputado Luiz Tadeu Leite, V. Exa. sabe como ninguém, como Prefeito que foi, quanto dói você construir, construir, fazer, fazer, e não ter o reconhecimento, o agradecimento. Na minha cidade isso me dói. Dói, porque a imprensa, infelizmente, é manietada pelo poder financeiro, e, até em relação a tudo que é levado por nós, a própria imprensa, espontaneamente, não coloca que fomos nós que levamos esse recurso.

É impressionante. Um jornal que criei em 1969, o "Tribuna do Mucuri", que transferei de graça para um amigo, manipula informação, como se a Prefeitura estivesse fazendo as obras do governo do Estado. É um absurdo o que está acontecendo. Da nossa parte, queremos até a verba publicitária do governo e da Assembléia para distribuí-la a todos os jornais, a todas as emissoras de rádio e televisão. Não boicotamos ninguém.

Continuaremos, Deputados Luiz Tadeu Leite, Carlos Pimenta, Fábio Avelar e Antônio Júlio, levando recursos e verbas para a Prefeitura de Teófilo Otôni, porque, do ponto de vista legal, não há como fazer obra se não for por meio da Prefeitura, a não ser que o Estado possua os terrenos. Aliás, faremos lá uma grande obra do Viva Vida e o Hemocentro, em terreno do próprio Estado, porque a Prefeitura não tinha sequer dinheiro para efetuar tal compra. A Prefeitura faliu, foi destruída pela atual administração; todavia, continuaremos ajudando a nossa Prefeita. Quando dei as mãos à Prefeita e à Prefeitura, não foi de brincadeira; vou até o final do seu mandato, ajudando-a no que puder; entretanto, não posso aceitar essa ingratidão fantástica da propaganda mentirosa, enganosa, de que ela recebeu a Prefeitura com problema, pois, na verdade, não havia nenhum. Aliás, o único problema refere-se aos Secretários incompetentes que ela levou de Governador Valadares, de Ipatinga, de Vitória da Conquista e do Ceará para Teófilo Otôni. A tônica do PT é abrigar os companheiros onde estiverem, porque é preciso dar-lhes empregos a fim de aumentar o caixa do partido, que recebe 30% de cada salário.

Perdoem-me por fazer uma acusação dessas. Ao longo dos últimos meses, tenho me posicionado aqui de forma bastante equilibrada, na tentativa de ajudar minha cidade e minha região. Mas não posso aceitar esse tipo de propaganda enganosa, não posso aceitar essa falsificação, sobretudo a apropriação indébita de obras do governo do Estado pela Prefeitura da minha cidade. Não posso aceitar isso! Protestarei, Sr. Presidente, porque esta tribuna é livre. Aqui a democracia prevalece, e a verdade há de prevalecer nos nossos pronunciamentos, sobretudo considerando-se a amizade de V. Exas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Caro Presidente, nosso querido amigo Deputado Dinis Pinheiro, homem que tem um coração tão generoso e grandioso, que exagera nas palavras - aliás, essa é uma virtude própria das pessoas de bem, e Dinis Pinheiro é um homem que honra esta Casa com a sua presença luminar -, Deputados Fábio Avelar e Getúlio Neiva.

Deputado Getúlio Neiva, ouvi o seu pronunciamento e penso que o importante para todos nós é fazer. Acredito no que diz Chico Buarque de Hollanda, para o qual cada pessoa interpreta a letra que ele escreve de uma forma. A interpretação é livre, porque, na medida em que ele cria, a criação não é mais dele, mas coletiva, da humanidade.

Não gostaria de entrar no mérito dessas questões, não estou lá acompanhando o dia-a-dia. Todo sentimento deve ser respeitado. Deputado Getúlio Neiva, penso que temos de mudar a política no sentido da construção - a política da construção. Naturalmente, todos aqueles que fazem algo devem ter o seu feito reconhecido.

Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna anunciar um grande feito do qual esta Casa participou ativamente e que beneficiará todos os mineiros, não só os que habitam a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tínhamos, de triste memória, o Cardiominas. Graças a Deus, quem passa por lá hoje vê que o passado ficou na poeira, não para ser esquecido; aliás, a memória política e da história devem ser sempre lembradas, para que os mesmos erros não ocorram novamente. Devemos pelo menos tentar isso.

O Deputado Ademir Lucas já ocupou várias vezes esta tribuna para denunciar os desmandos e os desvios do antigo e idealizado Cardiominas,

que, como elefante branco, ficou lá servindo de criatório de dengue, verdadeiro descaso com a saúde. Hoje ele está acabado graças a um esforço conjunto daquilo que deve ser a política. A Assembléia fez a sua parte. O Deputado Carlos Pimenta foi o relator na Comissão de Saúde e atuou decisivamente. No mandato passado, tão logo entrei aqui, elaborei um projeto que transformava o então projeto de Cardiominas num Centro de Especialidades Médicas. Posteriormente, o governo do Estado encampou essa idéia e enviou um projeto semelhante. Retirei o meu projeto exatamente porque o importante era que fosse construído e o prédio se transformasse num centro de especialidades para atender a um dos grandes gargalos do SUS, que são os exames especializados.

O governo do Estado doou o prédio, o Ipsemg entrou com dois andares e aportou recursos para que fossem construídos, a Santa Casa contribuiu, a Prefeitura de Belo Horizonte entrou com parte dos recursos, e o governo federal completou os recursos, a fim de que, na próxima quarta-feira, fosse inaugurado. O Presidente Lula vem a Belo Horizonte para inaugurar oficialmente e entregar à população de Minas Gerais o novo Centro de Especialidades Médicas, que atenderá a 40 mil consultas por mês. Haverá oftalmologia, cardiologia, fisioterapia, exames ortopédicos e unidade de pronto atendimento. O Ipsemg o utilizará. O prédio está pronto. Isso mostra que as soluções aparecem quando há união de esforços, quando todos os entes se unem para resolver os problemas. Não digo que o povo agradece, porque é um direito dele; aliás, lamentavelmente, o poder público precisa pedir desculpas à população por demorar tanto tempo com a vinda de uma solução. O importante é que veio. Não podemos lamentar o tempo perdido. Precisamos reconhecer o esforço empreendido. Esta Casa deu a sua contribuição. Portanto, Deputado Ademir, a inauguração será na próxima quarta-feira. Essa é uma conquista de todos os mineiros, da Prefeitura de Belo Horizonte, da Assembléia Legislativa e dos governos federal e estadual.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)\* - Obrigado pelo aparte, meu caro colega, "candidatável" à Prefeitura de Belo Horizonte. Ontem, no XV Congresso de Oncologia Clínica do Brasil, realizado no Minascentro, tivemos oportunidade de estar com grandes lideranças médicas e de hospitais. O assunto debatido era o Centro de Especialidades Médicas, uma união entre os governos estadual, federal e municipal. Quando querem, as pessoas realizam. Estava ali um esqueleto trazendo uma imagem feia para a cidade de Belo Horizonte. Quarta-feira inauguraremos essa grande obra importante para a cidade e para todo o Estado.

Caro Deputado Roberto Carvalho, queremos que esse centro de especialidades continue sendo sempre um edifício, uma obra para o atendimento às pessoas, a fim de resolver seus males e onde sejam realizadas as consultas especializadas. Há a preocupação de não desvirtuarem a sua função. Muitas pessoas já estão pretendendo aumentar esse espaço para transformá-lo em uma outra obra. As entidades médico-hospitalares desejam que ali seja o que precisa ser: um centro de especialidades. Foi para isso que foi construído. Acompanharemos nesta Casa todo esse trabalho. Sabemos que os atendimentos ali serão de suma importância. Que seja, então, um local para atender à população de Minas Gerais. Temos certeza de que, de todos os cantos de Minas, virão pessoas para serem atendidas por aquele centro. Muito obrigado.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Cumprimento V. Exa., Deputado Roberto Carvalho, pela boa nova que traz a esta Assembléia, por meio de sua palavra, e a todo o Estado de Minas Gerais, pelos meios de comunicação aqui acreditados. Realmente, é um motivo alvissareiro, não só para a Capital, mas para todos os mineiros, essa união de esforços para o bem. Uniram-se os governos federal, estadual, a Prefeitura, o Ipsemg e a Santa Casa, para dar uma destinação adequada e mais saudável ao antigo prédio do Cardiominas. Belo Horizonte, nossa Capital, já tinha necessidade de ter esse centro de consultas especializadas. Na nossa última gestão em Contagem, tivemos a oportunidade de fazer lá um centro de consulta desse tipo. Deputado Roberto, eu me ufanava de dizer que Contagem já tinha um centro de consultas especializadas e que Belo Horizonte não o tinha. No nosso Iria Diniz, temos 36 especialidades, com uma ala específica para aidéticos, com médicos, dentistas e farmácias próprios para esse segmento. Não é com o intuito de segregar, mas sim de privilegiar, de dar um tratamento especial, especializado e rápido. Sabemos como é insidiosa essa doença. Então lá, na nossa querida Contagem, temos um centro de consultas especializadas, que é o Iria Diniz, com 36 especialidades e também essa ala específica para aidéticos.

Fico feliz com essa união de esforços por Belo Horizonte, pois sabemos que, na prática, ele atenderá à Grande BH e às cidades do colar metropolitano. Portanto será muito importante.

Só queria me ater a uma passagem do pronunciamento do Deputado Doutor Rinaldo, quando dizia da sua preocupação pela manutenção dos objetivos do centro de especialidade. É um dado sobre o qual gostaria de alertar V. Exa., a fim de que os gestores fiquem atentos a essa questão.

A proposta do centro de especialidade de Contagem seria a seguinte: a pessoa iria ao posto médico e, caso não fosse do generalista aquele atendimento, o próprio posto ligaria para o centro de consultas e marcaria uma consulta com o especialista. Se assim o fosse, não haveria intermediário e o atendimento seria rápido. Às vezes, muitas doenças não podem esperar. Infelizmente, com o tempo, não está indo pelos caminhos adequados, a coisa não funcionou muito bem.

Seria interessante que houvesse um bom gerenciamento. Quando um cidadão fosse ao Programa de Saúde da Família ou ao posto médico e o atendimento fosse para uma consulta especializada, o próprio médico do posto marcaria a consulta, a fim de que não houvesse intermediário e que houvesse boa solução.

Enfim, quero cumprimentá-lo pela boa nova. Parabéns! Isso prova que, quando se trabalha de forma desarmada, as coisas funcionam. As eleições têm de terminar na apuração. Depois tem de ser todos trabalhando em benefício da cidade.

Assim cumprimento esse grande engenho político que ocorreu em Belo Horizonte e que trouxe esse resultado positivo para a população. Parabéns a V. Exa., ao Prefeito Fernando Pimentel, ao Governador Aécio, ao Presidente Lula, ao Saulo Coelho, Provedor da Santa Casa, e ao Caran, do Ipsemg, que se juntaram, se esforçaram e estão dando a Belo Horizonte, no dia 8, esse grande presente. Parabéns a V. Exa. pela coordenação desse trabalho.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Solicitei-lhe um aparte para parabenizá-lo pelo esforço que V. Exa. vem fazendo na condução desses trabalhos.

Todo o mundo se lembrará disso, como lembrará o telespectador da TV Assembléia, emissora que criamos há 12 anos.

O Deputado Ademir Lucas não estava nesta Casa - ele estava em Brasília ou na Prefeitura, pois é um Deputado experiente -, quando o Governador Aécio Neves tomava posse, e uma Bancada do PT criticava e falava, achando que o Governador chegara como concorrente da administração petista.

Colaboramos para o fim disso, quando providenciamos o primeiro encontro do Prefeito Pimentel com o Governador Aécio Neves, por meio de sua assessoria, dos Srs. Paulo Moura e Frederico. O Pimentel chamou a Bancada do PT, à qual disse que o Governador tinha chegado para trabalhar como parceiro, para fazer uma política diferente em Minas Gerais, e que os Deputados do PT estavam acostumados com o ex-Presidente Itamar Franco, mas que o Aécio Neves era diferente, devendo todos dele se aproximarem. E essa aproximação foi feita.

Pimentel soube conduzir a Bancada do PT nesta Casa naquele momento, há cerca de seis ou oito anos, quando a bancada só criticava, e o

Deputado Roberto Carvalho se lembra disso; todavia, com a condução de Pimentel, nascia um trabalho que daria muitos resultados. Hoje temos de tirar o chapéu para o tratamento dado pelo Governador do Estado ao Prefeito Pimentel, e desse ao Aécio. Os dois, além disso, compartilham o trabalho com o Lula. Com isso, quem ganha é a população belo-horizontina.

Como belo-horizontino, ex-Vereador desta cidade e conhecedor da região de Santa Teresa, onde sou votado, farei apelo a V. Exa., que sei é um bom porta-voz da nossa população. Precisamos levar o fechamento do Arrudas até a Avenida do Contorno, ou até mesmo à Câmara Municipal, porque, com a nova central de tratamento, onde serão feitas muitas consultas, haverá tráfego intenso na região, o que prejudicará seus moradores.

Levem o bulevar até lá. Isso mesmo, Deputado Ademir Lucas, levem-no até a Câmara Municipal, já que ele chega até o Parque Municipal, até o DER. Será necessário apenas mais 1km para se chegar até a Câmara e resolver a situação do trânsito de Belo Horizonte naquela região.

Tenho a certeza de que, se houver um trabalho conjunto, um pedido do Deputado Roberto Carvalho, que conhece Belo Horizonte, se levarem o problema ao Presidente Lula e ao Aécio - e Fernando Pimentel entende o problema -, teremos mais essa obra neste ano, ou ainda no mandato do Prefeito Pimentel, para o qual temos de tirar o chapéu, pois é um Prefeito que conversa com todos, independentemente de partido político. Também independentemente das crises que há nesta Casa, ele é a pessoa que sabe, que faz, é o parceiro do governo do Estado, da Assembléia Legislativa, do Presidente da República e do povo belo-horizontino.

Parabéns, Deputado Roberto Carvalho! Pode ter a certeza de que a população saberá reconhecer gestos como esse. V. Exa. brevemente estará à frente da Prefeitura de Belo Horizonte, na sucessão do Fernando Pimentel, com o meu voto e o meu trabalho. V. Exa. chega lá.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr., pela generosidade. Agradeço também ao Presidente. O Governador Aécio Neves, quando da inauguração da primeira etapa do Arrudas, Deputado Alencar da Silveira Jr., anunciou que já estava determinando ao DER a licitação do trecho até a Av. Andradas.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Também quero lembrar a V. Exa. que haverá um "shopping center" ali, o Boulevard, do América Futebol Clube, para o qual também será importante o asfalto até a Câmara Municipal. Esse "shopping" será construído no próximo ano.

O Deputado Roberto Carvalho\* - Muito obrigado, Presidente. Agradeço também a todos os colegas. Na próxima semana, abordaremos os 10 anos do Bolsa-Escola em Belo Horizonte.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, concedo aparte ao Deputado Ademir Lucas.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Presidente Deputado Fábio Avelar, Deputado Carlos Pimenta, Srs. Deputados, quero fazer uma saudação aos alunos da Escola Virgílio Melo Franco, de Contagem. Fui Prefeito de Contagem, duas vezes, e a Escola Virgílio Melo Franco fica na Vila São Paulo; é uma escola muito querida. Na frente dessa escola fizemos um grande parque destinado ao lazer dos alunos. Levei também a Fumec para a Escola Virgílio de Melo Franco. Fico muito feliz em recebê-los aqui, na nossa Casa, a Assembléia Legislativa. Sejam bem-vindos. Quero dizer da minha alegria de ter os meus conterrâneos aqui participando, assistindo, vendo como é parte da nossa atividade legislativa, no Plenário da Assembléia.

Felicidades para vocês da Escola Virgílio de Melo Franco. E meu abraço a todos vocês. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados e alunos que visitam a Assembléia Legislativa nesta tarde, imprensa e povo de Minas Gerais, antes de abordar o assunto grave e importante para a região do Norte de Minas, principalmente para Montes Claros, que é a segurança pública, gostaria de dizer da minha satisfação em participar, caro Ademir, no próximo dia 8 de novembro, quinta-feira, da inauguração desse novo Centro de Especialidades Médicas. Quase falei "Cardiominas". Acho que essa palavra tem de ser banida da memória de Minas Gerais, porque a sua história foi triste. Sua história até que começou muito bonita, com o início da construção de um hospital especializado em atendimento cardiológico. Mas, depois, aquele hospital se transformou no símbolo do desleixo, do despreparo e do desrespeito ao povo de Minas Gerais. Permaneceu, durante 15 anos, fechado, até que surgiu a idéia de se transformá-lo em um Centro de Especialidades Médicas.

Gostaria de citar algumas pessoas que participaram ativamente da mudança, na execução dessa idéia, desse projeto maravilhoso que é o Centro de Especialidades Médicas: em primeiro lugar, o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia, que não mediram esforços e não hesitaram, em nenhum segundo, em acatar as sugestões e o pensamento que surgiram nesta Casa para transformá-lo no Centro de Especialidades Médicas. A partir daí, houve o envolvimento do Ipsemg, na pessoa do nosso querido companheiro e amigo Roberto Fonseca, que também esteve presente participando das discussões, apresentando sugestões e acompanhando o trâmite do projeto aqui, na Casa; o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, juntamente com o Secretário de Saúde, Dr. Helvécio, sempre estiveram presentes e dispostos. O Deputado Roberto Carvalho também contribuiu. O companheiro Saulo Coelho, da Santa Casa de Belo Horizonte, também participou muito.

Todas essas pessoas, com o Secretário Marcus Pestana, conseguiram conceber esse projeto do Centro de Especialidades Médicas, que será inaugurado na próxima quinta-feira. Há também o Centro de Especialidades Médicas do Ipsemg, com 60 consultórios médicos de todas as especialidades para dar atendimento aos funcionários públicos do nosso Estado.

É importante viver momentos iguais a este, principalmente quando vemos que a saúde pública hoje se tornou símbolo de barganha. No Congresso Nacional hoje, a saúde pública se tornou o símbolo da barganha, da troca, na votação da CPMF, com mais recursos para a saúde, como se ela fosse algo vulgar, uma mercadoria que pudesse ser vendida, trocada ou barganhada.

Deputado Doutor Rinaldo, vemos que, quando se unem esforços, é possível conseguir recursos. Por que eles não foram obtidos antes? Por que os R\$24.000.000.000,00 que serão repassados para a saúde nos próximos quatro anos já não faziam parte das discussões do Orçamento da União? Foi necessário colocar em xeque a votação da CPMF para que esse dinheiro surgisse, como milagre, para o povo brasileiro.

Vejam bem que falta de respeito, de caridade das autoridades federais com o povo brasileiro. Estamos lutando. A saúde pública do Brasil hoje tem menos recursos que há 15 anos, Deputado Wander Borges. E aí vêm o empurra-com-a-barriga, o esquecimento da recomposição das tabelas do SUS com os hospitais. É vergonhoso falar que, para operar uma hérnia, um médico no Brasil recebe R\$60,00 e, em 60 dias, tem desconto de 27,5% do Imposto de Renda. Isso desestimula a classe médica, desestimula as pessoas a trabalhar.

Agora, graças a apoios, acordos e conchavos do Congresso Nacional, surgem R\$24.000.000.000,00 para a saúde, como por encanto, como um

estalar de dedos. Antontem esse dinheiro não existia. Temos de começar a pensar seriamente nisso. É claro que o governo federal tem acertado em alguns momentos - ninguém vai tirar o mérito do Presidente Lula -, mas questões fundamentais como saúde e educação públicas estão ficando em segundo plano e sendo motivo de barganha por parte do Congresso Nacional. É como se chamassem o PSDB e dissessem: "Vote, que arrumaremos dinheiro para a saúde; vote, que regulamentaremos a Emenda nº 29". E essa emenda já é cumprida pelos Municípios. Não conheço um Município de Minas Gerais que aplique menos de 15% na saúde. Todos aplicam mais que isso. E hoje vemos essa Emenda nº 29 ser motivo de troca político-eleitoral. É essa barganha vergonhosa que busca trazer mais recursos para a saúde.

Concedo aparte, com prazer, ao nosso grande companheiro da Comissão de Saúde, Deputado Doutor Rinaldo, líder maior de Divinópolis. É uma pena que V. Exa. pleiteie a disputa pela Prefeitura dessa cidade. Certamente Divinópolis ganhará um grande político, mas a Casa vai prescindir de um grande parlamentar.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)\* - Muito obrigado, caro colega Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. é muito generoso. Não estamos pleiteando a Prefeitura. Administrar Divinópolis é, sem dúvida, uma honra para qualquer político. Acreditamos que, no futuro, estaremos administrando-a, mas, no momento, nosso interesse é trabalhar nesta Casa em prol da região Centro-Oeste e de toda a Minas Gerais.

Deputado Carlos Pimenta, estou fazendo este aparte para falar do trabalho desta Casa, desde o primeiro dia deste ano, em prol da saúde. A Comissão de Saúde trabalha para regulamentar a Emenda nº 29, para que haja mais dinheiro para a saúde. Como V. Exa. disse, vemos que, num estalar de dedos, aparecem R\$24.000.000.000,00 para o setor. Temos de agradecer ao Presidente e bater palmas, mas faço um questionamento: por que, após cinco anos, lembrar que o povo brasileiro está sofrendo nas filas, deixando de ser atendido?

Agora, o nosso Secretário Marcus Pestana dobrou a verba para a oncologia na nossa região, em razão do trabalho realizado por este Deputado e pelo Deputado Domingos Sávio. Vemos que as coisas estão melhorando. Mas por que o nosso Presidente espera cinco anos para ver que a saúde está tão ruim no Brasil? Esperar o povo sofrer cinco anos, Deputado Carlos Pimenta? Não dá para entender, porque dinheiro existe.

Na hora em que ele viu que poderia perder o dinheiro da CPMF, decidiu destinar R\$24.000.000.000,00 para a saúde. Por que ele não fez isso no seu primeiro dia de governo?

Sabemos que o Presidente Lula está preocupado com a alimentação e com a escolaridade do povo brasileiro, por isso temos de bater palmas para ele. Sabemos que está construindo grandes universidades. Divinópolis, por exemplo, está recebendo a sua faculdade de medicina. Temos de bater palmas para o Presidente.

Então, por que deixar o povo brasileiro - bato na tecla da saúde todos os dias nesta Casa, aqui, no Plenário, e também na Comissão de Saúde - sofrendo durante cinco anos para, depois, dizer que ainda temos mais R\$24.000.000.000,00? Esse dinheiro já existia e foi aplicado em outras coisas, em vez de ser aplicado na saúde. É importante que se diga isso, porque vemos, todos os dias, o sofrimento do nosso povo.

Muito obrigado e parabéns pela sua fala.

O Deputado Carlos Pimenta - Eu é que agradeço o aparte, Deputado Doutor Rinaldo. É isso mesmo, o dinheiro existe, no entanto só conseguimos avançar com pressões. Ainda bem que, no Congresso, existem pessoas responsáveis, mas não só no Congresso, pois existem outras pessoas que também sabem negociar, como o Ministro Walfrido dos Mares Guia, uma pessoa sensível. O próprio Presidente Lula também é uma pessoa sensível, mas que está precisando fazer uma revisão no quadro de auxiliares, para realmente poder valorizar as coisas mais importantes deste país.

Sr. Presidente, terminando o meu pronunciamento, gostaria de dizer que, na próxima segunda-feira, às 11 horas, mediante convite do Prefeito de Montes Claros, Dr. Athos Avelino, o companheiro Gildásio Dias Rocha, que já faz parte do Conselho de Segurança Pública das Lojas Maçônicas, em Montes Claros, estará assumindo a Secretaria Municipal de Defesa Social. Trata-se de um companheiro do nosso partido, o PDT, o qual assumirá uma secretaria sabendo que vai enfrentar um desafio muito grande pela frente.

Montes Claros, infelizmente, é a 4ª cidade mais violenta do Estado. Neste ano, até os dias de hoje, aconteceram mais de 80 homicídios na cidade, muitos deles ligados ao tráfico de drogas e à conhecida criminalidade. A sua população está alarmada. O Governador Aécio Neves tem feito o possível e o impossível para ajudar a cidade. Aliás, ele está construindo a cadeia pública de Montes Claros, inicialmente programada para operar com 400 vagas, que já foram ampliadas para 600. Ele também terminou o Centro de Educação do Menor e tem aumentado o contingente e os equipamentos das Polícias Civil e Militar. Essa presença do Governador Aécio Neves, somada às ações da Prefeitura, do Prefeito Athos, infelizmente tem sido insuficiente para conter a criminalidade em Montes Claros.

O nosso companheiro Gildásio Dias Rocha, do PDT, será o novo Secretário de Defesa Social de Montes Claros, a partir de segunda-feira. O certo é que ele terá pela frente um desafio dos mais graves, difíceis e importantes. Esperamos e temos a certeza de que, com ele, poderemos avançar muito.

Grande parte da violência de Montes Claros é provocada por jovens e adolescentes, que, na falta de emprego e de condições de vida regular, partem para a criminalidade, ficando reféns de criminosos. Por isso, além do trabalho policial, temos de procurar fazer um outro trabalho, porque não basta aumentar o efetivo da Polícia Militar, colocar mais armas em suas mãos e aumentar a sua frota de veículos: também é importante atacarmos essas questões sociais.

Montes Claros precisa muito de uma pessoa que tenha essa visão. O Gildásio, além de contar com o apoio das lojas maçônicas de Montes Claros, do Prefeito, da população e do nosso partido, também vai poder contar com o apoio do nosso Governador. Com certeza, vamos trazê-lo aqui para conversar com o Dr. Maurício Campos, que é o Secretário de Defesa Social do Estado, e com o Governador Aécio Neves, para que possamos estudar uma maneira de controlar a violência de Montes Claros. O nosso povo está alarmado e acuado dentro de suas casas. A nossa juventude já não mais consegue sair de casa para estudar à noite, tal é o grau de violência, principalmente em alguns bairros.

Se Deus quiser, vamos topa, de frente, essa parada e encarar esse desafio, para tentar tirar de Montes Claros este título terrível de ser a 4ª cidade mais violenta do nosso Estado.

Queremos uma cidade progressista, pois Montes Claros é uma cidade-pólo, com mais de 350 mil habitantes na sua sede e uma população flutuante de mais de 1 milhão de pessoas; uma cidade com cinco universidades, que tem a maior empresa produtora de insulina do mundo e terá a fábrica de biodiesel; uma cidade com 45 mil estudantes universitários. Queremos poder ajudar o Cel. Franklin, Comandante da Polícia Militar, e o Delegado Mesquita, Delegado Regional de Segurança Pública. Queremos criar os Conseps nos bairros de Montes Claros e ajudar a Dra. Neusa a incrementar a Guarda Mirim, este trabalho fantástico que vem fazendo. E queremos devolver ao povo de Montes Claros aquela tranquilidade bucólica que, há muito tempo, foi perdida. Era uma cidade conhecida pela carne-de-sol, pelo pequi e pela cachaça artesanal, assim como pela hospitalidade de seu povo. Hoje, infelizmente, a cidade ostenta esse título terrível de ser violenta, uma cidade onde ocorrem mortes quase todos os dias. Sabemos que a criminalidade não é de Belo Horizonte, Contagem ou Betim, mas do País todo. É uma cidade que

nunca teve problemas de segurança pública, onde as principais prioridades eram saúde e educação, mas hoje é a segurança pública. O povo diz que tem medo de sair à rua, medo de ser assaltado, baleado, de ir a um banco e à escola. Isso não pode perdurar.

Depositamos nas mãos do nosso companheiro pedetista Gildásio Dias Rocha nossa inteira e irrestrita confiança, e ele terá a solidariedade desta Casa, o apoio deste grande Governador Aécio Neves e toda a estrutura de segurança pública do nosso Estado.

Parabéns ao Prefeito Athos, que tem feito um trabalho magnífico e fantástico, embora haja pessoas que não gostem. Ele é um Prefeito que tem consciência do que faz e responsabilidade pelos seus atos; é tranqüilo e dará conta disso. A grande resposta que dará será uma administração progressista e desenvolvimentista, voltada principalmente para o povo de Montes Claros. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/11/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando Tiago Nagib de Almeida e Silva Elias do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas;

nomeando Maria Aparecida de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando Érico Lucas Souto Lepesqueur do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

exonerando Frederico Rocha Coelho do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Érico Lucas Souto Lepesqueur para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Frederico Rocha Coelho para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Vanderlei Miranda

exonerando José Carlos Carneiro Gomes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Patrícia da Rocha Gomes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Sílvia Regina Sales de Sales para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 58/2007

Objeto: aquisição de veículos. Pregoaante vencedora: Cardiesel Ltda. - lote 2.

O lote 1 fracassou.

Belo Horizonte, 12 de novembro de 2007.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

### TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Construtora Mattos Baracho Ltda. Objeto: tratamento de fissuras e impermeabilização da cobertura do Palácio da Inconfidência. Dotação orçamentária: 449051. Vigência: 120 dias a partir da data de assinatura.

errata

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/11/2007, na pág. 62, col. 3, onde se lê:

"José Esutáquio de Freitas", leia-se:

"José Eustáquio de Freitas".